GTA
Rede de Trabalho Amazônico

RELATÓRIO ANUAL



2025

Sumário

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

01.

Fortalecimento e crescimento institucional: Os eixos de atuação

02.

Atuação das Regionais

03.

Projetos, ações e campanhas

04.

Embaixada dos Povos

05.

A Rede GTA na COP 30

06.

Perspectivas para 2026

07.

Conclusão

INTRODUÇÃO

Este Relatório Anual de Atividades apresenta um panorama completo da atuação da Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) ao longo de 2025 — um ano de intensas mobilizações, conquistas estratégicas e fortalecimento coletivo em defesa da Amazônia e de seus povos.

Nas páginas a seguir, o leitor encontrará o registro das principais ações desenvolvidas pela Rede: as articulações políticas e institucionais que ampliaram nossa incidência em políticas públicas; as formações e capacitações que fortaleceram lideranças comunitárias; as campanhas de comunicação que deram visibilidade às lutas amazônicas; e as mobilizações que reuniram centenas de organizações em torno de pautas urgentes para a região.

O documento destaca ainda o protagonismo das mulheres, juventudes, povos indígenas, comunidades ribeirinhas e quilombolas, cujas vozes e ações estiveram no centro de todas as conquistas do período. A atuação das coordenações regionais, com suas estratégias territoriais e parcerias locais, demonstra a capilaridade e a força da Rede em cada canto da Amazônia.

Também são apresentados os projetos e campanhas realizados em parceria com outras redes, movimentos sociais e organizações aliadas — colaborações que potencializaram nossos resultados e reafirmaram o compromisso compartilhado com a justiça socioambiental. Por fim, traçamos as perspectivas para os próximos passos, incluindo a preparação para a COP 30 e o projeto Embaixada dos Povos.

Convidamos você a percorrer estas páginas como testemunho vivo de uma luta coletiva, diversa e persistente — uma luta que segue firme na defesa dos territórios, da biodiversidade e dos direitos dos povos amazônidas.

O ano de 2025 consolidou a Rede de Trabalho Amazônico (GTA) como uma das principais redes da sociedade civil organizada na Amazônia Brasileira, fortalecendo sua atuação na defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, da justiça climática e da proteção dos territórios. Com presença nos nove estados da Amazônia Brasileira — Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins —, a Rede promoveu ações de formação, fortalecimento institucional, articulação política, intercâmbios, incidência em políticas públicas e diálogo entre organizações comunitárias, movimentos sociais, universidades, governos, parceiros nacionais e cooperação internacional.

As iniciativas desenvolvidas ao longo do ano contribuíram para fortalecer organizações filiadas, ampliar a participação de mulheres e juventudes, valorizar os conhecimentos tradicionais e consolidar redes de colaboração voltadas à promoção do Bem Viver, da democracia, dos direitos humanos e da conservação da Amazônia. A preparação para a COP30 constituiu um dos principais eixos estratégicos de 2025. Nesse contexto, a Rede GTA coordenou processos de mobilização territorial, construção de propostas e incidência política, reafirmando que os povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais, agricultores familiares e demais povos e comunidades tradicionais devem ocupar posição central nas decisões sobre o futuro climático do planeta.

Entre os principais destaques do ano esteve a realização da Embaixada dos Povos, espaço de articulação política, diálogo intercultural e construção coletiva que reuniu organizações sociais, lideranças comunitárias, pesquisadores e parceiros nacionais e internacionais. A iniciativa fortaleceu agendas comuns, promoveu intercâmbio de experiências e ampliou a visibilidade das demandas e propostas dos territórios amazônicos para o processo preparatório da COP30.
Os intercâmbios territoriais e institucionais ampliaram a troca de conhecimentos sobre gestão comunitária, proteção territorial, agroecologia, saúde e clima, comunicação popular, economia da sociobiodiversidade e fortalecimento organizacional, contribuindo para aumentar a capacidade de incidência política das organizações filiadas.

O diálogo permanente com diferentes setores da sociedade fortaleceu alianças estratégicas em torno de temas como financiamento climático, transição energética justa, direitos territoriais, participação social e desenvolvimento sustentável, reafirmando o papel da Rede GTA como articuladora de processos coletivos na Amazônia. Este relatório reúne os principais resultados, realizações e aprendizados de 2025, evidenciando o compromisso da Rede GTA com a construção de uma Amazônia mais justa, democrática e sustentável. Mais do que registrar atividades, esta publicação demonstra a força da ação coletiva de centenas de organizações filiadas e milhares de lideranças que trabalham diariamente pela defesa dos territórios, da sociobiodiversidade e dos direitos dos povos da floresta.

Inspirada pelo legado de Chico Mendes e pela resistência histórica dos povos amazônicos, a Rede GTA encerra 2025 preparada para os desafios da COP30 e comprometida em ampliar sua contribuição para a construção de soluções climáticas baseadas na justiça socioambiental, no protagonismo dos povos e comunidades tradicionais e na proteção da Amazônia como patrimônio vivo do Brasil e do mundo.

Sila Apurinã
Coordenadora Nacional da REDE GTA



OS EIXOS DE ATUAÇÃO

Como o grande marco inaugural das ações daquele ciclo, a Coordenação Nacional da Rede GTA reuniu-se na cidade de Belém entre os dias 28 e 30 de janeiro. Esse encontro estratégico representou o pontapé inicial das mobilizações da organização, estabelecendo o cronograma de lutas e a convergência de esforços institucionais com um horizonte claro e decisivo: a preparação e a incidência política planejadas rumo à COP 30.

Durante as deliberações em Belém, a coordenação nacional delimitou cinco eixos prioritários que foram definidos para guiar todas as campanhas, projetos e debates da rede. Ficou decidido que as seguintes pautas fundamentais integrariam o planejamento estrutural:

Luta contra os Combustíveis Fósseis: Foi determinado o foco no enfrentamento à expansão da fronteira exploratória de petróleo e gás, defendendo-se uma transição energética justa e popular.

Saúde e Clima: Definiu-se a necessidade de articulação de políticas públicas que combatessem os impactos diretos das mudanças climáticas na saúde das populações amazônicas e tradicionais.

Território e Territorialidade: Foi estabelecida como prioridade a defesa irrestrita da demarcação, da regularização fundiária e da salvaguarda dos modos de vida tradicionais e bens comuns.

Adaptação às Mudanças Climáticas: Decidiu-se pelo fortalecimento da resiliência comunitária e pela implementação de tecnologias sociais para mitigar eventos climáticos extremos nos territórios.

Financiamento Climático: Pactuou-se a exigência de mecanismos transparentes, diretos e desburocratizados de financiamento para os povos que efetivamente protegem as florestas.

- Luta contra os combustíveis fósseis
- saúde e clima
- território e territorialidade
- adaptação às mudanças climáticas
- financiamento climático





A reunião da Coordenação Nacional da Rede GTA, realizada em Belém, consolidou-se como um marco decisivo para o reposicionamento estratégico da organização diante dos desafios socioambientais vigentes. Ao estabelecer os cinco eixos prioritários — a luta contra os combustíveis fósseis, a intersecção entre saúde e clima, a defesa da territorialidade, a urgência da adaptação climática e a cobrança por financiamento direto —, o encontro não apenas desenhou a agenda interna da rede, mas também reafirmou o papel histórico do Grupo de Trabalho Amazônico na vanguarda da justiça climática no Brasil.

O alinhamento dessas pautas evidenciou uma compreensão madura e integrada de que a preservação ambiental é indissociável da garantia dos direitos territoriais e do bem-estar das populações tradicionais. Mais do que um planejamento administrativo, as deliberações firmadas em Belém serviram como uma declaração de princípios e um chamado à ação.

Em conclusão, o pontapé inicial dado em janeiro de 2025 assegurou que a Rede GTA ingressasse no ciclo preparatório para a COP 30 com bases sólidas, discursos unificados e metas claras. O sucesso desse planejamento dependerá, a partir de agora, da capacidade de mobilização capilarizada de suas redes e da eficácia na incidência política, garantindo que o protagonismo dos povos da floresta e das comunidades locais seja o eixo central dos debates climáticos globais.


MARAJÓ
LIVRE DE PETRÓLEO


DELIMITE!
MARAJÓ
LIVRE DE PETRÓLEO
PODER DA FÉ

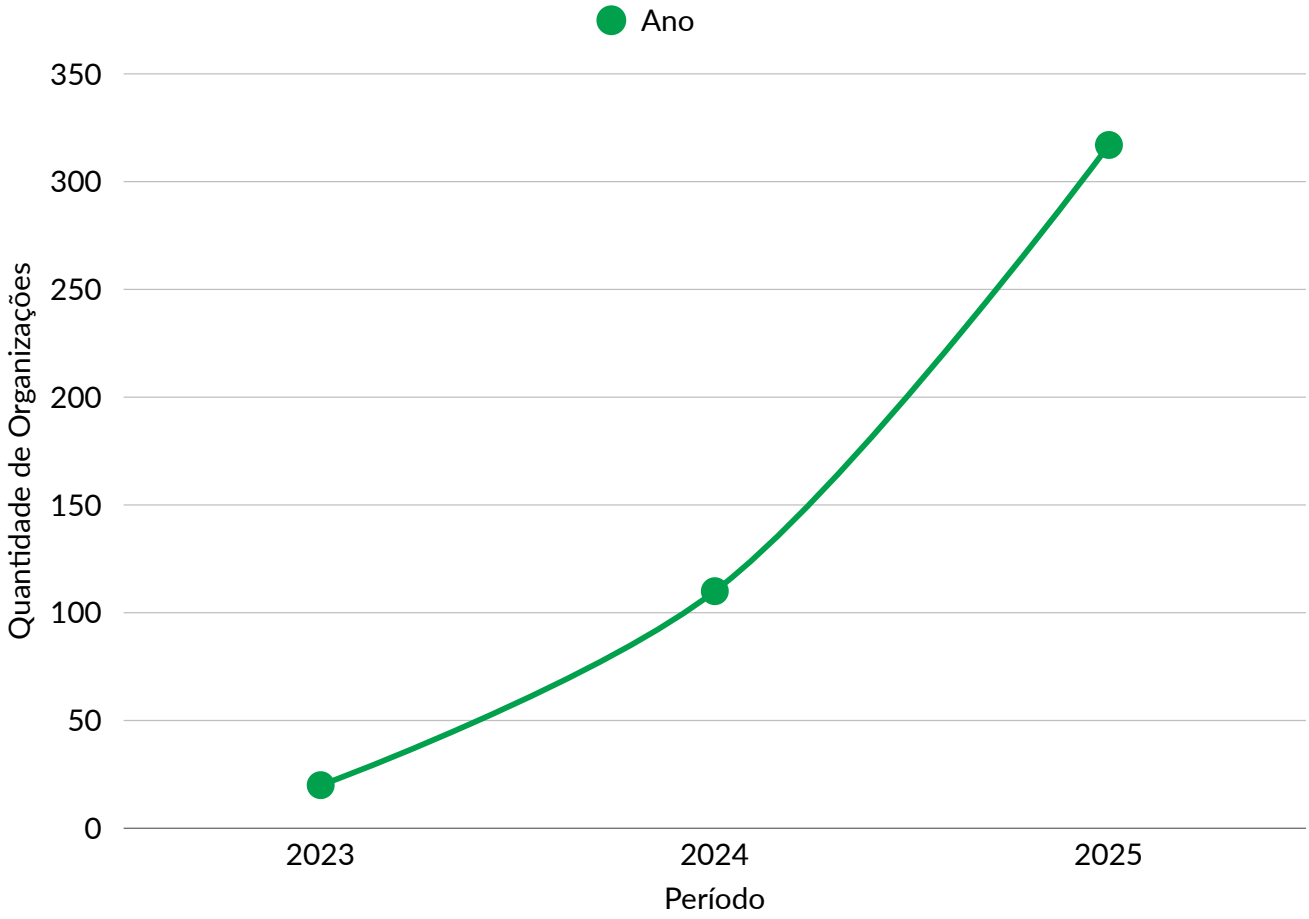
ATUAÇÃO DAS REGIONAIS

A Rede GTA está presente em todos os estados da Amazônia brasileira. É possível conferir todas as regionais no mapa a seguir:





CRESCIMENTO DE ORGANIZAÇÕES FILIADAS





REGIONAL RONDÔNIA

Este relatório consolidado pela Regional GTA (RO) detalha as frentes de atuação estratégica, as responsabilidades específicas de cada organização e as recentes ampliações na base de filiados.

1. Composição e Fortalecimento da Base:

O Regional GTA (RO) consolida sua representatividade territorial com a integração formal das seguintes organizações:

- Kanindé (Associação de Defesa Etnoambiental);
- OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia);
- Movimento da Juventude Indígena de Rondônia;
- Centro de Defesa Maria dos Anjos (CDCA);
- Associação Banzeiros;
- COOPORGULHO;
- Movimento Hip-Hop da Floresta.

2. Ações de Destaque: Kanindé

- A Kanindé lidera as frentes de inovação tecnológica e formação de capital humano para a gestão ambiental:
- Monitoramento por IA: Implementação de inteligência artificial para detecção de impactos florestais, projeto em parceria com o iCS (Instituto Clima e Sociedade).
- Programa de Formação: Gestão estratégica do programa de estágio e capacitação de novos quadros técnicos para atuação em áreas protegidas.
- Planejamento Institucional 2026 e avaliação 2025: Reestruturação de diretrizes estratégicas para fortalecer a proteção territorial e a biodiversidade.



Planejamento Kanindé 2026.

3. Ações de Destaque: OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia)

A OSR coordena as ações voltadas para a governança de Reservas Extrativistas e o fortalecimento das cadeias produtivas:

- *Rede de Sementes da OSR*: Implementação do projeto Restaura Amazônia em Machadinho d'Oeste e Vale do Anari, em parceria com a Kanindé. A iniciativa promove a recuperação florestal e gera renda complementar para as famílias extrativistas.

- *Infraestrutura e Logística:* Aquisição e distribuição de veículos (Fiat Estrada), embarcações motorizadas e drones para suporte às atividades de fiscalização e produção das associações de base (como ASROP, ASAEX e Cuniã). Estas ações contam com recursos de emendas parlamentares em fase de captação.

- *Governança e Carbono:* A OSR, em conjunto com as associações das RESEX e RDS, elaborou e validou os protocolos de consulta e o CLPI (Consentimento Livre, Prévio e Informado) em projetos de carbono, garantindo o protagonismo e a segurança jurídica das populações tradicionais.

- *Revisão de Planos de Manejo:* Realização de oficinas técnicas nas RESEX Maracatiara, Bloco ASEVA e Bloco ASM.

- *Revisão de Planos de Manejo:* Realização de oficinas técnicas nas RESEX Maracatiara, Bloco ASEVA e Bloco ASM.

Oficina para construção de protocolos de consulta nas RESEX.





Técnico ensinando extrativistas a selecionar árvores matrizes.



4. Frentes Conjuntas e Incidência Política

A cooperação entre as entidades no Regional GTA-RO foca na garantia de direitos e sustentabilidade:

- Incidência Política: Atuação direta junto ao Ministério Público Federal e GAEMA para assegurar que projetos em territórios tradicionais respeitem os protocolos de consulta validados.

O trabalho desenvolvido pela Regional Rondônia da Rede GTA (GTA-RO) ao longo do exercício de 2025 consolidou-se como uma das principais referências na articulação de alianças estratégicas voltadas para a proteção da Amazônia rondoniense. Fundamentado na governança territorial, no robustecimento da sociobioeconomia e na defesa intransigente dos direitos dos povos da floresta, este modelo integrado buscou equilibrar de forma rigorosa a conservação ambiental com o desenvolvimento social e a soberania econômica das comunidades tradicionais e indígenas.

Para alcançar tamanha capilaridade nos territórios, a governança da regional estruturou-se a partir de uma sólida coalizão de organizações coexecutoras de base histórica no estado. O protagonismo dessas ações foi liderado pela Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, reconhecida pela sua excelência no monitoramento ambiental e na proteção de territórios indígenas, e pela Organização dos Seringueiros de Rondônia (OSR), linha de frente na gestão de Reservas Extrativistas (RESEX) e na estruturação de cadeias produtivas da floresta. Somaram-se a essa engrenagem o Movimento da Juventude Indígena de Rondônia, o Centro de Defesa Maria dos Anjos, a Associação Banzeiros, a Cooperativa Organizada de Produção Extrativista do Seringal Curralinho (COOPORGULHO) e o Movimento Hip-Hop da Floresta (MHF). Esta ampla composição reflete a capacidade da Rede GTA em conectar a ancestralidade, o cooperativismo agroextrativista e as novas expressões da juventude urbana e tradicional.

No campo da inovação voltada à proteção da biodiversidade, o programa Monitora Sociobio destacou-se como uma ferramenta de ponta ao capacitar indígenas e extrativistas no uso de tecnologias aplicadas à vigilância e salvaguarda de seus territórios. Essa estratégia permitiu a descentralização das ações em três grandes polos de atuação estratégica no estado: Porto Velho, Guajará-Mirim e Machadinho d'Oeste. Através dessa capilaridade, a Rede GTA-RO garantiu respostas rápidas frente às pressões externas e promoveu a formação contínua das lideranças de base para o manejo sustentável.

A estratégia de engajamento da regional também se diferenciou ao incorporar a juventude e a cultura como eixos centrais de resistência. O fomento à participação ativa do Movimento da Juventude Indígena nas arenas de tomada de decisão, aliado à integração do Movimento Hip-Hop da Floresta como ferramenta de expressão e mobilização social no espaço urbano, permitiu à rede criar novas narrativas de proteção da Amazônia. Essa abordagem não apenas impulsiona a renovação necessária das lideranças socioambientais, mas também conecta a tradição dos povos das florestas com as linguagens contemporâneas, ampliando o alcance da pauta de conservação.

Por fim, ao encerrar o ciclo de 2025 e projetar as diretrizes para 2026, a Regional GTA-RO reafirma o seu papel central na articulação dessas parcerias e estabelece como próximos passos o avanço e a ampliação das tecnologias de monitoramento territorial, bem como o fortalecimento estrutural das cadeias produtivas ligadas à sociobioeconomia regional. O compromisso da rede permanece voltado para a garantia intransigente dos direitos territoriais e para a manutenção do protagonismo das populações tradicionais diante dos desafios climáticos globais.



REGIONAL
MATO GROSSO

As atividades do GTA Mato Grosso tiveram início em junho de 2025, logo após o contato com as entidades que faziam parte anteriormente da nossa regional. Esse trabalho inicial foi difícil, pois não obtivemos o apoio da coordenação anterior. O volume reduzido de atividades na nossa regional deve-se à escassez de recursos; por isso, focamos em reuniões online e em atividades presenciais realizadas em parceria com o STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) de Guarantã do Norte, que arca com as despesas, além do eventual aporte de recursos do próprio coordenador.

Principais Atividades e Articulações em 2025

- **Conselho da REBIO (Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo):** Passamos a integrar o conselho da REBIO. A primeira reunião ocorreu de forma online, com o objetivo de reformular o conselho. No dia 5 do mesmo mês, foi publicado o Edital de Chamamento e, posteriormente, passamos a compor oficialmente o conselho como Rede GTA Regional MT. Posteriormente, no mesmo ano, ocorreram mais duas reuniões remotas. Infelizmente, não houve avanços significativos, pois a meta era realizar uma reunião presencial para debater a proposta do Projeto de Lei que visa recategorizar a reserva, o que acabou não acontecendo. Desde a criação da reserva, em 20/08/2005, até o momento, não se chegou a um consenso sobre as ocupações que já existiam antes e as que surgiram ao longo dos anos.

- **Audiência Pública com o INCRA:** Mobilizamos, em parceria com o INCRA, uma audiência pública para tratar da transferência do maior assentamento do nosso município para fins de regularização fundiária. Por ter 42 anos de criação, o local já não atende aos critérios da reforma agrária. Durante o evento, ministramos palestras sobre georreferenciamento e sobre a regularização ambiental e fundiária dos posseiros.



- **3ª Conferência Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Portal da Amazônia:** Participamos deste evento realizado em Alta Floresta. Fazemos parte deste território, que compreende 16 municípios do extremo norte de Mato Grosso. Como coordenador, auxiliei na mobilização para a conferência, que se tornou a maior entre todos os territórios do estado. Participamos com uma comissão de 3 delegadas e 4 delegados representando a nossa rede. Nossas propostas foram focadas no desenvolvimento da produção sustentável e na agroecologia, com investimentos na recuperação de áreas degradadas, além da criação de uma Superintendência Regional do INCRA para facilitar o acesso à regularização fundiária dos assentamentos da região, que conta com cerca de 17 mil assentados. Além do coordenador, foram eleitos mais quatro delegados para a etapa seguinte: três homens e duas mulheres (sendo uma delas delegada jovem). Todas as propostas do território foram aprovadas para serem discutidas na conferência estadual. Para esta atividade, o deslocamento foi realizado com recursos próprios de cada instituição participante.

- **Ação na Comunidade São Miguel Arcanjo:** Estivemos reunidos com a comunidade para trabalhar na manutenção das 25 famílias que estão na posse da terra há mais de 25 anos. Orientamos os moradores sobre a regularização fundiária e ambiental da área, e também alertamos as famílias para que não utilizem a pulverização de agrotóxicos por meio de drones, prática que causa seríssimos danos ao meio ambiente e à saúde humana e animal.

- **Reuniões no Pré-Assentamento Araúna IV:** Realizada no município de Novo Mundo, a reunião contou com palestras sobre os critérios ambientais que serão estabelecidos para a criação do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) e orientações sobre a documentação necessária para a homologação das famílias.

- **Conferência Estadual em Cuiabá:** O evento ocorreu na capital do estado e foi custeado por meio de uma emenda do deputado estadual Valdir Barranco (PT), que cobriu as diárias de deslocamento e estadia. Na ocasião, as propostas que havíamos apresentado na etapa territorial foram aprovadas, passando por adequações apenas para melhorar a redação e dar-lhes abrangência nacional. Elas serão levadas à Conferência Nacional, em Brasília, prevista para março de 2026 (com data a confirmar). Elegemos o companheiro Edvandro Siqueira, do STTR de Matupá, como o delegado do GTA que nos representará em Brasília. Ao todo, nosso território contará com 5 delegados na conferência nacional, sendo 4 mulheres (entre elas, duas jovens).

REGIONAL
BAIXO AMAZONAS

Ao longo de 2025, a atuação no Baixo Amazonas (Oeste do Pará) se concentrou em três frentes estratégicas: incidência política, formação e mobilização social, e defesa territorial. As ações envolveram participação ativa em processos de planejamento regional, articulação com universidades, realização de atividades formativas com jovens e comunidades tradicionais, além de incidência em conflitos socioambientais relacionados à expansão portuária, agronegócio e combustíveis fósseis.

A atuação também esteve alinhada à agenda da Embaixada dos Povos da Floresta para a COP 30, fortalecendo o debate sobre transição energética e justiça climática a partir da realidade amazônica.

01 Contexto e Problema

A região do Baixo Amazonas enfrenta um cenário de intensificação de conflitos socioambientais, marcado por:

- Expansão de portos privados e infraestrutura logística (ex: Cargill e projetos no Maicá);
- Avanço do agronegócio e uso intensivo de agrotóxicos;
- Pressão sobre territórios de povos indígenas, comunidades tradicionais e pescadores;
- Fragilidade na regularização fundiária e aumento dos conflitos agrários; Impactos crescentes da crise climática nos territórios.

Nesse contexto, torna-se estratégico fortalecer a organização social, a incidência política e a produção de conhecimento crítico a partir dos territórios.



02 Objetivos

- Fortalecer a atuação territorial do GTA no Baixo Amazonas;
- Contribuir para o debate e construção de estratégias de combate aos combustíveis fósseis;
- Promover formação política e técnica sobre crise climática e impactos territoriais;
- Apoiar processos de defesa de direitos frente a conflitos fundiários e socioambientais;
- Articular juventudes e comunidades em processos de intercâmbio e aprendizagem.

03 Estratégias e Linhas de Ação

3.1 Incidência Política e Planejamento:

- Participação no planejamento regional de lutas, com destaque para a agenda de combate aos combustíveis fósseis;
- Contribuição na construção da agenda da Embaixada dos Povos da Floresta (COP 30);
- Atuação em espaços institucionais como o Fórum Agrário do Baixo Amazonas.

3.2 Formação e Mobilização Social

- Realização de palestras em instituições de ensino: o Universidade do Estado do Pará (UEPA); o Universidade da Amazônia (UNAMA); o Universidade Federal do Pará (UFPA); Temas abordados: Crise climática; Impactos nos territórios de povos tradicionais; o Relação entre combustíveis fósseis, transporte e desmatamento.

3.3 Juventude e Intercâmbio Territorial

- Realização de intercâmbio entre jovens de:
- Reservas extrativistas; o Territórios coletivos; o Assentamentos rurais com presença do agronegócio.
- Objetivo: Promover a troca de experiências sobre os impactos do agronegócio;
- Analisar as condições de sobrevivência da agricultura familiar em territórios pressionados.
- Parceria: Projeto Saúde e Alegria.

3.4 Defesa de Direitos e Territórios

- Realização de oficinas sobre Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada (Convenção 169 da OIT);
- Participação em debates e audiências públicas sobre a expansão portuária em Santarém;
- Incidência junto ao Ministério Público em relação a conflitos fundiários e empreendimentos.

02 Objetivos

- Fortalecer a atuação territorial do GTA no Baixo Amazonas;
- Contribuir para o debate e construção de estratégias de combate aos combustíveis fósseis;
- Promover formação política e técnica sobre crise climática e impactos territoriais;
- Apoiar processos de defesa de direitos frente a conflitos fundiários e socioambientais;
- Articular juventudes e comunidades em processos de intercâmbio e aprendizagem.

03 Estratégias e Linhas de Ação

3.1 Incidência Política e Planejamento:

- Participação no planejamento regional de lutas, com destaque para a agenda de combate aos combustíveis fósseis;
- Contribuição na construção da agenda da Embaixada dos Povos da Floresta (COP 30);
- Atuação em espaços institucionais como o Fórum Agrário do Baixo Amazonas.

3.2 Formação e Mobilização Social

- Realização de palestras em instituições de ensino: o Universidade do Estado do Pará (UEPA); o Universidade da Amazônia (UNAMA); o Universidade Federal do Pará (UFPA); Temas abordados: Crise climática; Impactos nos territórios de povos tradicionais; o Relação entre combustíveis fósseis, transporte e desmatamento.

3.3 Juventude e Intercâmbio Territorial

- Realização de intercâmbio entre jovens de:
- Reservas extrativistas; o Territórios coletivos; o Assentamentos rurais com presença do agronegócio.
- Objetivo: Promover a troca de experiências sobre os impactos do agronegócio;
- Analisar as condições de sobrevivência da agricultura familiar em territórios pressionados.
- Parceria: Projeto Saúde e Alegria.

3.4 Defesa de Direitos e Territórios

- Realização de oficinas sobre Protocolos de Consulta Livre, Prévia e Informada (Convenção 169 da OIT);
- Participação em debates e audiências públicas sobre a expansão portuária em Santarém;
- Incidência junto ao Ministério Público em relação a conflitos fundiários e empreendimentos.

06

Conclusão Estratégica

A atuação no Baixo Amazonas demonstra que a defesa dos territórios está diretamente conectada à agenda global de justiça climática e transição energética. O fortalecimento da organização local, aliado à incidência em espaços institucionais e internacionais (como a COP 30), é fundamental para enfrentar os impactos do modelo baseado em combustíveis fósseis e expansão logística.

O GTA se consolida como um ator estratégico na articulação entre território, clima e direitos, contribuindo para construir alternativas baseadas na vida, na floresta e nos povos.





GTA

REGIONAL
MARAJÓ

O fortalecimento da atuação da Rede GTA no Arquipélago do Marajó ganha centralidade a partir da articulação liderada por Nelson Bastos, 58 anos, pescador artesanal ribeirinho-costeiro e liderança histórica da comunidade tradicional de Jubim, localizada no município de Salvaterra (PA). Aliando o saber tradicional à produção de conhecimento científico, Nelson é doutorando em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA/INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde desenvolve pesquisa sobre os impactos socioambientais e as ameaças da exploração de petróleo na bacia da Foz do Rio Amazonas sobre a várzea ribeirinha-costeira marajoara.

01 Trajetória e Contextualização do Protagonismo Local

A consolidação dessa liderança remonta às décadas de 1980 a 2005, período de intensa organização das lutas dos pescadores artesanais do Marajó, do Salgado e do Baixo Tocantins. Essa trajetória foi construída em parceria com seu pai (então presidente da Colônia de Pescadores Z-2 de Salvaterra) e com lideranças históricas como Cabeto, Vazinho e Patrícia, de Soure (cuja atuação contribuiu diretamente para a criação da Reserva Extrativista Marinha de Soure), além dos companheiros Manelis, Pedro Caroncho e Claudionor (Cachoeira do Arari); Brasa (Melgaço); Boca de Cachorra e Mucá (São Caetano de Odivelas); Ana Laide, Ronaldo, Adriano e Adenilse (Santo Antônio do Tauá); e Preto, Aladim e Maria do Carmo (Abaetetuba), entre outros militantes da pesca artesanal paraense.



Em 2024, durante agenda acadêmica na UFPA, Nelson Bastos foi conectado à coordenação nacional da Rede GTA por intermédio de Carlos Ramos, engenheiro florestal e doutorando (original de Portel, Marajó), que o apresentou ao Prof. Dr. Adilson Vieira, dirigente nacional da Rede e ativista ecossocialista. Na ocasião, formalizou-se o convite para integrar a articulação da Embaixada dos Povos, espaço estratégico construído pela Rede GTA para a COP 30 com o objetivo de reunir ativistas ambientais e organizações de defesa dos direitos dos povos tradicionais de diversas partes do mundo.



02 Articulação Pré-COP 30 e a Campanha Amazônia Livre de Petróleo

Entre os meses de maio e agosto, a Rede GTA organizou em Belém uma série de atividades preparatórias voltadas para a COP 30. No decorrer desses encontros, Nelson Bastos foi convidado por Sila Mesquita, Coordenadora Nacional da Rede GTA, para assumir a mobilização dos pescadores do Arquipélago do Marajó em torno da pauta de transição energética justa e para integrar a campanha Amazônia Livre de Petróleo, convergindo diretamente com suas pesquisas de doutorado.

Como desdobramento do planejamento estratégico da Pré-COP 30, foi realizada, em setembro de 2025, a primeira grande ação territorial no estado do Pará focada no enfrentamento aos combustíveis fósseis junto a pescadores artesanais do Marajó. A atividade ocorreu na comunidade de Jubim, em Salvaterra, integrando a campanha internacional Defenda o Futuro! (alusiva à iniciativa global Delimitem!) e a campanha Amazônia Livre de Petróleo e Gás. A ação contou com uma coalizão de organizações parceiras, incluindo a Rede GTA, 350.org, Poroca e o Observatório do Marajó.

As mobilizações promovidas pela articulação regional Marajó Livre de Petróleo resultaram em um forte engajamento de pescadores e pescadoras artesanais de Jubim. A comunidade organizou um ato simbólico de grande impacto político, expressando o sentimento de pertencimento territorial e atualizando a tradição de incidência política cabana: os pescadores fecharam as extremidades do rio com suas embarcações artesanais e estenderam faixas e cartazes exigindo dos tomadores de decisão uma Amazônia e um planeta livres de combustíveis fósseis.

A ação obteve repercussão nos âmbitos local, regional, nacional e internacional. A partir desse marco de insurgência socioterritorial, novos núcleos de resistência à exploração de hidrocarbonetos na bacia da Foz do Amazonas começaram a emergir em outras municipalidades do arquipélago. Destaca-se o movimento antipetroleiro estruturado na cidade de Soure, protagonizado por ativistas ambientais, estudantes e trabalhadores da pesca, mobilizados pelo risco iminente de colapso dos ecossistemas costeiros e estuarinos — o que inclui manguezais, praias, igarapés, berçários marinhos e a dinâmica regulatória das marés.

03 Análise Estratégica da Intervenção Institucional

A atuação da Rede GTA no Marajó consolida o papel da rede como um ator coletivo estratégico na organização comunitária frente às pressões da fronteira extrativista de combustíveis fósseis. Ao incidir por meio das organizações de base nos municípios do Marajó e da Costa Atlântica paraense, a Rede GTA fortalece processos de conscientização coletiva, governança territorial e incidência política de baixo para cima.

Essa metodologia demonstra uma capacidade de conectar a escala local às agendas globais de clima. A realização da Pré-COP da Pesca Artesanal configurou-se como uma preparação política essencial para os debates da COP 30 em Belém, evidenciando uma leitura crítica sobre os impactos socioambientais da exploração de petróleo e gás sobre a pesca — atividade que é o pilar da soberania alimentar, da reprodução cultural e da economia local das comunidades costeiras e estuarinas.

A centralidade da comunidade pesqueira de Jubim para o ato político localiza o debate diretamente no território afetado. A presença de delegações de Salvaterra, Soure, Cachoeira do Arari e Santo Antônio do Tauá consolida uma articulação intermunicipal que amplia a legitimidade política do movimento e unifica a região diante dos riscos ecológicos e econômicos. Assim, a Pré-COP da Pesca Artesanal superou o formato de evento pontual para se estabelecer como um processo contínuo de formação política e de produção de narrativas contra-hegemônicas, posicionando os povos das águas como sujeitos políticos centrais nos debates climáticos globais.



04 Desdobramentos, COP 30 e Monitoramento Pós-Evento

A Pré-COP 30 da Pesca Artesanal reuniu uma ampla coalizão de organizações representativas e entidades da sociedade civil do Marajó e da Costa Atlântica do Pará, destacando-se:

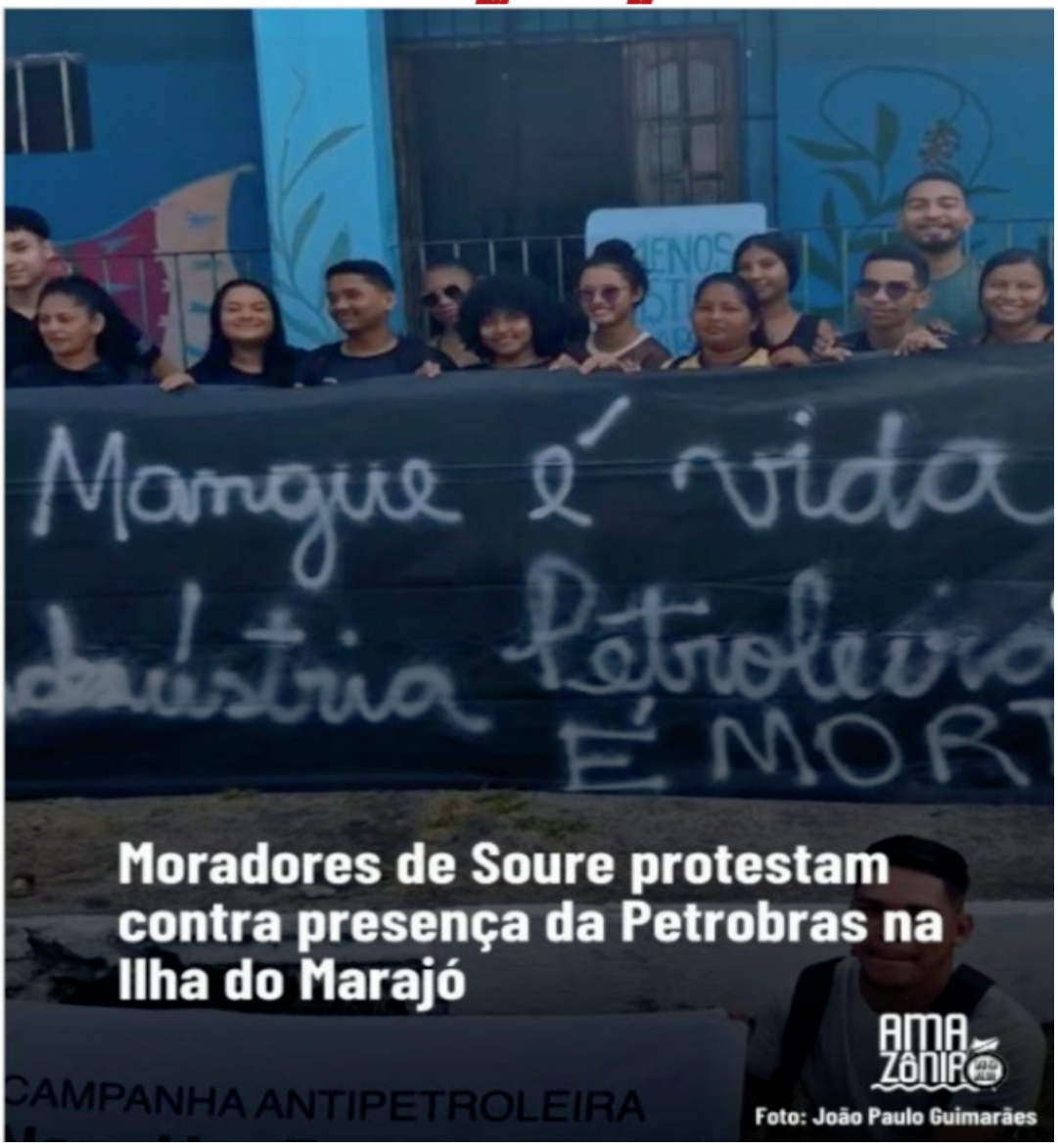
- Colônia de Pescadores Z-40 (Cachoeira do Arari);
- Associação de Pescadores e Trabalhadores da Agricultura Familiar de Salvaterra (APTRAPFAS);
- Associação da Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS);
- Associação de Pescadores Beira-Mar de Jubim;
- Associação de Trabalhadores Extrativistas e Hídricos de Santo Antônio do Tauá (ATEHA);
- Associação de Pescadores Artesanais de Jubim (ASPAJUB);
- Coordenação Nacional da Rede GTA;
- Observatório do Marajó;
- Coletivo de Defesa da Juventude (DCJ).

Como principal resultado político do encontro, as comunidades elaboraram e aprovaram a Carta dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Marajó e da Costa Atlântica do Pará (Anexo I), documento público que formaliza o posicionamento contrário à exploração petrolífera na região.

No calendário de mobilizações da COP 30 em Belém, a Barqueata no Rio Guamá e a construção da Carta de Belém integraram a programação paralela da Cúpula dos Povos, unificando pescadores artesanais, ribeirinhos, povos indígenas, populações periféricas e delegações internacionais. A Barqueata marcou a abertura política e cultural da Cúpula, que reuniu cerca de 25.000 participantes entre os dias 12 e 16 de novembro no campus da Universidade Federal do Pará (UFPA), local onde ocorreu o desembarque das embarcações tradicionais no dia 12 de novembro.

As agendas conduzidas pela Rede GTA na Embaixada dos Povos incidiram diretamente nos debates sobre a crise climática global e a defesa dos territórios tradicionais, pautando a necessidade de um modelo de desenvolvimento livre de exploração petrolífera e reafirmando o protagonismo das populações locais. Os integrantes da rede mantiveram incidência tanto nas discussões da Blue Zone (espaço de negociações oficiais restrito a delegações credenciadas pela ONU) quanto na Green Zone (espaço aberto à sociedade civil).

Paralelamente às discussões políticas, a Embaixada dos Povos promoveu atividades culturais com artistas da região, como o músico ribeirinho Ney Viola, de Abaetetuba, e outros grupos artísticos amazônicos e internacionais.


Moradores de Soure protestam contra presença da Petrobras na Ilha do Marajó
AMAZÔNIA
CAMPANHA ANTIPETROLEIRA
Foto: João Paulo Guimarães


DELIMITE!
MARAJÓ
LIVRE DE PETRÓLEO

05 Monitoramento Territorial Pós-COP 30

Após o encerramento da COP 30, o núcleo GTA Marajó estruturou uma estratégia de monitoramento ativo frente às agendas de reuniões informativas conduzidas pela Petrobras nos municípios de Cachoeira do Arari, Soure e Salvaterra. A linha de ação definida pelas comunidades consistiu no esvaziamento político dessas reuniões consultivas, visto que os espaços oferecidos não garantiam uma escuta genuína ou processos de consulta prévia, livre e informada (nos moldes da Convenção 169 da OIT), limitando-se a repassar informações unilaterais sobre os projetos de exploração na bacia da Foz do Amazonas.

Dando continuidade à resistência territorial, entre os meses de dezembro de 2025 e fevereiro de 2026, a Rede GTA coordenou novas reuniões de alinhamento com as organizações de pescadores de Soure e Salvaterra, consolidando um cronograma de mobilizações e ações diretas com início programado a partir de maio de 2026.









CARTA DOS PESCADORES ARTESANAIS DA ILHA DO MARAJÓ E COSTA ATLÂNTICA DO PARÁ

Amazônia e Marajó Livre do Petróleo

Nós, pescadoras e pescadores artesanais, ribeirinhos e ribeirinhas costeiras e quilombolas dos municípios de Salvaterra, Soure, Cachoeira do Arari e Santo Antonio do Tauá, juntamente com as comunidades tradicionais pesqueiras de Jubim, Aranaí, Vila do Espírito Santo, Vila do Pesqueiro, Praia do Pesqueiro, Bairro do São Pedro, povos e comunidades tradicionais do Arquipélago do Marajó e Costa Atlântica paraense, reunidos na PRÉ-COP dos PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS, realizada no dia

18 de outubro do ano de 2025na comunidade tradicional pesqueira de Jubim-SalvaterraMarajó, vimos publicamente declarar nossa posição contrária à exploração de combustíveis fósseis na bacia da Foz do Amazonas que é nosso território de pesca. A ameaça da perfuração de petróleo em nosso território de pesca na zona costeira da bacia amazônica, não é apenas uma questão ambiental. É uma agressão direta aos nossos modos de vida, à nossa cultura, à nossa soberania alimentar e ao direito de existir como povos e comunidades tradicionais.

A bacia hidrográfica da Foz do Amazonas é berço de vida, fonte de sustento a milhares de famílias amazônidas e território sagrado. A pesca artesanal, realizada durante muitos séculos, á muitas gerações, garante alimento para nossa gente e para milhares de brasileiros e brasileiras. A exploração petrolífera coloca em risco ecossistemas frágeis, manguezais, rios e a rica biodiversidade que sustenta nossa existência.

Não nos calaremos diante das tentativas de intimidação e dos discursos enganosos. A Petrobrás e outras empresas petrolíferas não nos iludirão com promessas vazias de riqueza e um "desenvolvimento" que, sabemos, chega para poucos e deixa um rastro de destruição para muitos. A nossa história e a dura realidade de outras comunidades ao longo do litoral brasileiro são testemunhas silenciosas desse modelo predatório. Em locais como Amazonas, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro, vimos o petróleo chegar com a promessa de emprego e progresso, mas o que se viu foi o fim da pesca, a poluição das águas, a doença se espalhando e o tecido social das comunidades tradicionais sendo desfeito. Riqueza que não se vê, desenvolvimento que não se compartilha. Nosso modo de vida está no peixe que sustenta a família, no barco que é nossa ferramenta de trabalho, no rio que é nossa estrada e nossa identidade.

Portanto, declaramos que: Não seremos a próxima vítima desse ciclo de destruição disfarçado de progresso. Não aceitaremos que nosso Marajó, nossa mãe água e nossa Amazônia faça parte de mais um capítulo triste na história de sofrimento e conflitos socioambientais do Brasil e da América Latina. Nossa resistência é a defesa de um futuro em que possamos continuar a ser o que sempre fomos. Pescadores e Pescadoras artesanais do Marajó e da Amazônia.

O Marajó e a Amazônia se levantam! Em defesa dos nossos rios e mar. Em defesa dos manguezais. Em defesa dos nossos territórios, Em defesa do nosso futuro.
Em defesa da vida dos encantados, humanos e não humanos.

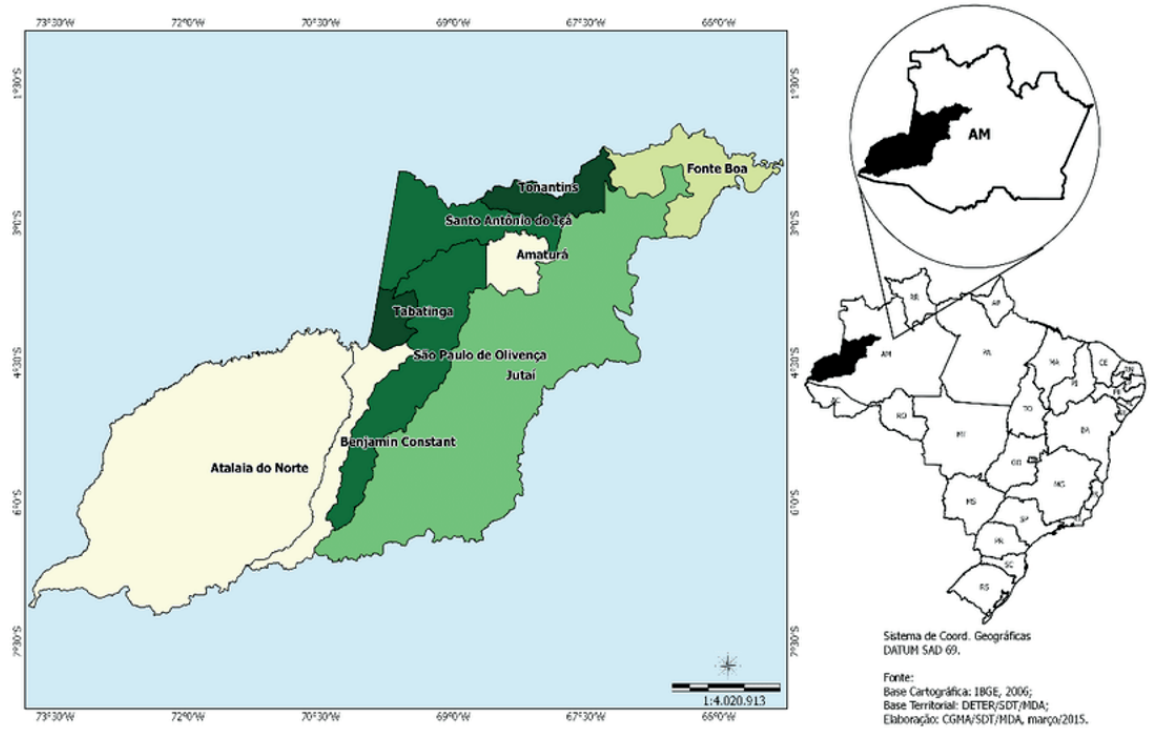
REGIONAL
ALTOS SOLIMÕES

Sendo parte do Sudoeste Amazonense, a mesorregião do Alto Solimões (década de 90), situada no estado do Amazonas, foi estabelecida como parte da divisão regional do IBGE. No entanto, com a reformulação das divisões regionais, o IBGE substituiu o conceito de mesorregiões por Regiões Geográficas Intermediárias e Imediatas em 2017 e desde aquele ano tornou-se Região Geográfica Imediata do Alto Solimões instituída pelo IBGE e parte da Região Geográfica Intermediária de Tefé, como parte da nova Divisão Regional do Brasil, que substituiu as antigas microrregiões e mesorregiões, com o "Recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias" O IBGE reformulou a divisão territorial para agrupar municípios próximos que compartilham serviços, comércio e fluxos de transporte (regiões imediatas), substituindo o modelo de 1989.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Região Geográfica Imediata do Alto Solimões é um agrupamento de municípios situados no estado do Amazonas, caracterizados por uma forte ligação econômica e social com o curso superior do Rio Solimões e pela localização estratégica na Tríplice Fronteira (Brasil, Colômbia e Peru).

Municípios da Região Imediata do Alto Solimões:

1 . Tabatinga (Polo da Regional - 2 Benjamin Constant - 3 São Paulo de Olivença - 4 Santo Antônio do Içá - 5 Atalaia do Norte - 6 Tonantins - 7 Fonte Boa - 8 Jutaí - 9 Amaturá



CONTEXTUALIZAÇÃO

Por ser região de tríplice fronteira com forte comércio transfronteiriças, sendo uma área que demanda ações de segurança pública e de proteção ambiental e proteção aos agentes de direitos humanos. O transporte é predominantemente fluvial pelo Rio Solimões e é porta de entrada ocidental da bacia amazônica com forte conurbação entre Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia) e também para os ilícitos transfronteiriças.

É uma das regiões mais violentas do país, com destaque para a cidade de Tabatinga A situação da segurança pública em Tabatinga, é crítica e marcada por altos índices de violência e assassinatos, consolidando a região como um dos pontos estratégicos mais perigosos do narcotráfico internacional. Situada na tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, a cidade enfrenta intensa atuação de facções criminosas nacionais e estrangeiras, resultando em assassinatos, roubos e conflitos armados frequentes. Tráfico Internacional: Aproximadamente 70% das drogas que entram no Brasil pela Amazônia passam por Tabatinga, utilizando a região para tráfico de armas e drogas.

Facções em Disputa: O Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC), junto com grupos criminosos colombianos e venezuelanos, disputam o domínio do território, gerando "acertos de contas" violentos. A expansão da violência no Alto Solimões se intensificou com a atuação das facções nas áreas urbanas comunidades indígenas e ribeirinhas e as Facções transnacionais estão investindo na exploração ilegal de recursos, conectando o narcotráfico a crimes ambientais. A exploração em garimpos ilegais especialmente nos municípios de São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Içá, Tonantins e Jutaí. E nessa região temos garimpeiros eleitos para gestão públicas.

Violências nas comunidades indígenas com aliciamento massivo de jovens para o micro tráfico, aumento de consumo de drogas e bebidas alcoólicas. E nesse cenário de violências as mulheres são as maiores vítimas com tráfico de pessoas, violências domésticas, estupros, feminicídios, filhos presos e mortos no mundo de violências na região, jovens e mulheres servindo como mulas e geralmente presas/os.



Na região do Vale do Javari - que integra a região geográfica do Alto Solimões (antiga mesorregião do Alto Solimões),os municípios que compõem a área de influência ou que abrangem o território do Vale do Javari são: Atalaia do Norte (onde se localiza a maior parte e a sede da administração da reserva indígena),Benjamin Constant ,Tabatinga, São Paulo de Olivença,Jutaí,Eirunepé,Ipixuna e Guajará).

O Vale do Javari é conhecido por ter a maior concentração de povos indígenas isolados do mundo e faz fronteira com o Peru e a segunda maior terra indígena demarcada no Brasil, com área de 85.444,82 km^2. Atualmente conhecido pelo assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Don Phillips em junho de 2022, tem forte pressão com os crimes ambientais principalmente de pesca e caça ilegal, garimpo, madeira ilegal e narcotráfico.

Concomitantemente, nos municípios de toda a região geográfica do Alto Solimões há uma forte entrada de igrejas neopentecostais com forte corrente conservadora entrando em todos os espaços, especialmente em áreas indígenas e modificando suas culturas, especialmente nas tradições ancestrais.

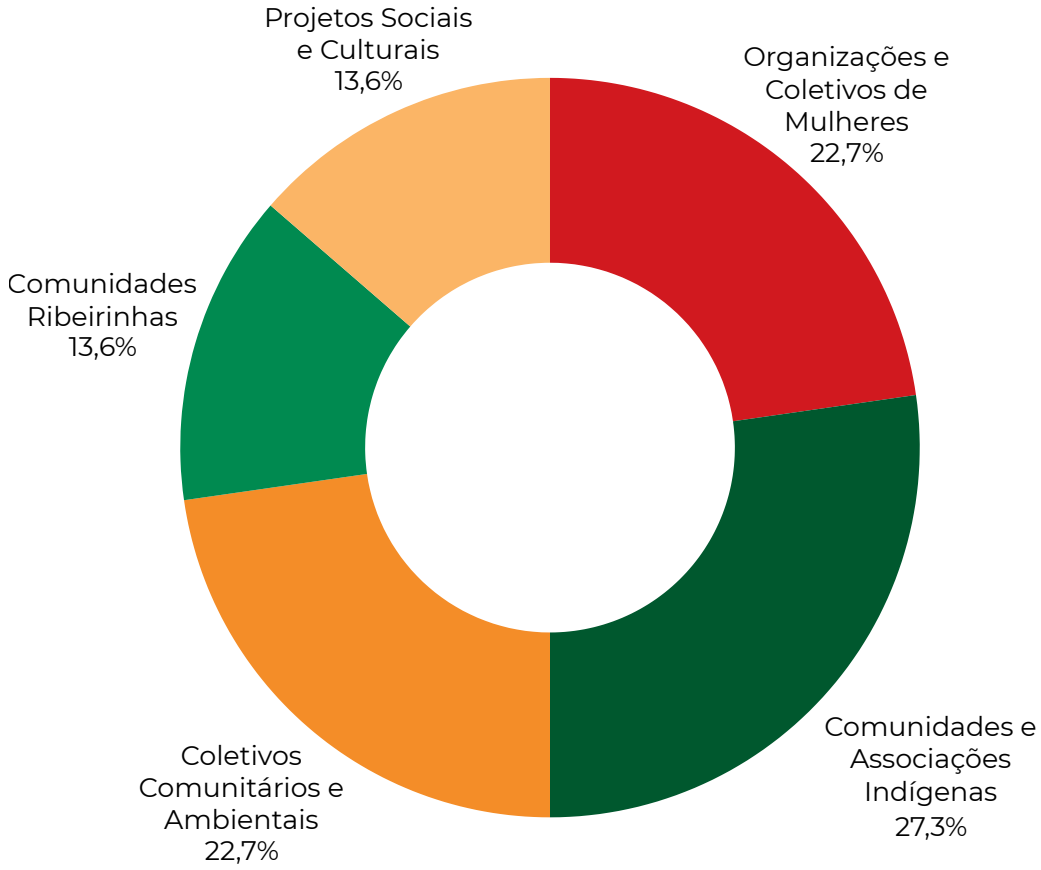
Com essa forte presença evangélica há também gestores municipais sendo eleitos e implantando ações religiosas nas administrações, com forte apoio para as Marchas para Jesus. A região da tríplice fronteira já sofre os efeitos das mudanças climáticas ficando isolada do restante do estado por mais de três meses com impacto maior para as cidades de Benjamin Constant e Atalaia do Norte no Brasil e Letícia – Colômbia. Em 2025 ocorreu um conflito diplomático entre os países Colômbia e Peru em que o primeiro reivindicava a ilha peruana de Santa Rosa porque a cidade colombiana está perdendo acesso ao curso fluvial ano após ano.

REARTICULAÇÃO/ATUAÇÃO DA REDE GTA ALTO SOLIMÕES

A Rede GTA no Alto Solimões estava parada desde 2001, desse quando foi fundado o Forum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões que teve forte atuação até o ano de 2019, sob a liderança de Dom Alcimar Caldas Magalhães, o Bispo da Diocese do Alto Solimões e de outras lideranças locais.

Então a partir do convite de Sila Mesquita e após a realização dos Diálogos Amazônicos em 2023 na cidade de Belém do Pará, aceitei o desafio de rearticular a rede GTA no Alto Solimões após 22 anos que estava sem atuação. E nesse processo histórico foi identificado que várias organizações que atuaram no passado não existem mais, outras suas lideranças já ancestralizaram ou estão envelhecidos demais sem forças para atuar neste cenário desafiador e perigoso Mas, outras organizações surgiram e novas lideranças e aos poucos estamos conquistando/sensibilizando para entra nesta rede e nesse processo vamos aprendendo diariamente.

ORGANIZAÇÕES QUE COMPÕEM A REGIONAL ALTO SOLIMÕES



Associação de Mulheres em Luta por Direitos, Defesa do Meio Ambiente e Povos da Floresta do Solimões
Associação de Mulheres Indígenas Tikuna do Alto Solimões
Associação de Mulheres Artesãs Indígenas Tikuna da Comunidade de Bom Caminho
Coordenação da Organização Geral das 15 comunidades rurais kokama de Benjamin Constant
Coletivo Flores de Munguba
Coletivo KURUPIRA BUSCA E RESGATE EM SELVA
Coletivo de Mulheres Agricultoras Maracujá do Mato
Coletivo de Mulheres em Movimentos
Comunidade Indígena Kokama de Nova Aliança
Comunidade Indígena Kokama Prosperidade II
Comunidade Ribeirinha Cristo Rei
Comunidade Indígena Kokama São Gabriel
Comunidade Ribeirinha São Raimundo II
Projeto Patinhas nas Ruas
Coletivo Mulheres e Jovens Plantando Futuro
ASSOCIAÇÃO POVO KOKAMA BOM JARDIM (GRUPO 1)
Projeto Jacarezinho
Coletivo Amigo das Crianças
Museu Magüta
Comunidade Indígena Kokama Novo São João
Federação Indígena do Povo Kukamie-Kukamiria Pray+iuka, Peruka ay Kurumpiara.
Articulação de Mulheres Indígenas Kokama do Amazonas
Organização Geral dos Caciques das Comunidades Indígenas do Povo Kokama
Rede Jovens Comunicadores
Organização Geral da Juventude Kokama do Amazonas
Coletivo de Parteiras Indígenas Algodão Roxo
Associação das Catadoras de Tabatinga
Associação de Mulheres Indígenas de Belém do Solimões
União dos Povos Indígenas do Vale do Javari
Conselho Indígena Missionário
Paróquia de Atalaia do Norte
Aldeia Indígena Kanamari Irari
Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares
Coletivo jovens de Atalaia do Norte
ORGANIZAÇÃO DOS KAMBEBA DO ALTO SOLIMÕES
Comunidades Eclesiais de Base
Federação Indígena do Povo Kukamie-Kukamiria Pray+iuka, Peruka ay Kurumpiara.
Associação dos Agricultores Familiares kokama
Aldeia Boa Vista
ALDEIA MOCAGUA
ASOCIACIÓN DE MUJERES DE ABUNDANCIA “MONILLA R+NGO”
Comitê de defesa del água - Iquitos
INSTITUTO DAS MULHERES INDÍGENAS DE FEIJOAL

AÇÕES 2025

01 Ações em preparação para participar da COP 30

- Formação dos membros da rede GTA sobre COP 30 via on line com rede GTA Nacional, Rede de Mulheres Feministas Brasileiras-AMB, Frente Amazonense Contra a PL da Devastação, FOSPA Manaus, etc.
- Organizar Grupo formado somente por Jovens da Rede GTA para participar da Formação da Juventude atualmente com 25 membros para participarem do Ciclo Formativo Juventude Amazônia por Justiça Climática, um projeto do GTA Nacional e 02 participantes desse grupo participaram da Caravana da Esperança Rumo a COP 30, Ações na Embaixada dos Povos, Cúpula dos Povos, COP 30 zona verde;
- Participação de lideranças femininas e masculinas de organizações de base da rede GTA Regional Alto Solimões conforme relação enviada a Embaixada dos Povos/GTA;





02 Fortalecimento de organizações

- Projeto elaborado e aprovado para Coletivo Flores de Munguba, como intermediária o IPDA e apoio financeiro do Fundo Casa Socioambiental - FORTALECENDO JOVENS E MULHERES NO PROTAGONISMO LOCAL NA AGENDA CLIMÁTICA NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PERU E COLÔMBIA.(Em andamento);
- Elaboração e aprovação de projeto de fortalecimento da AMIKAM com apoio financeiro do Fundo ELAS com aquisição de equipamentos e registro da organização;
- Orientações à coordenação da AMIKAM e acompanhamento na execução do projeto com apoio do Fundo ELAS e sobre outros assuntos para o fortalecimento da organização.
- Articulação junto a Articulação de Mulheres Brasileiras/AMB em Belém do Pará para receber mais de 20 pessoas do regional Alto Solimões para hospedagem e apoio na Casa Feminista;
- Articulação com as Organizações Kokama em Tabatinga e AMIT, AMATU, e outras para a realização das conferências Livres em Tabatinga e Benjamin Constant;

03 Participação na VII Assembleia Geral do Povo Kokama na cidade Amaturá

- Participação da coordenação e representante da Juventude do Coletivo Flores de Munguba para falar sobre o protagonismo de mulheres e jovens da Rede GTA no protagonismo da Agenda Climática na Fronteira e Região do Alto Solimões na programação da VII Assembleia Geral do povo kokama na presença de mais de 3 mil participantes;
- Juventude da Rede GTA Alto Solimões atuante na formação da primeira organização de jovens kokama no Amazonas aprovada em Assembleia Geral pelo povo kokama e posse numa cerimônia emocionante.

04 Articulação institucional

- O Coletivo Flores de Munguba provocou o Instinto Natureza e Cultura-INC /UFAM de Benjamin Constant para esta relevante instituição de ensino superior realizar a 1ª Especialização em Mudanças Climáticas e já aprovado pela direção e realização da primeira reunião com a Comissão de Criação da Especialização em Mudanças Climáticas e Educação Ambiental

- AMMAFLORSOL em tratativas para apoiar realização de planejamento de ação a ser realizada pela FUNAI - CR Vale do Javari com as mulheres indígenas de diversas etnias daquele território a ser realizada em 2026 em Atalaia do Norte.

- O Coletivo Kurupira Busca e Resgate em Selva foi indicado pelos Bombeiros Indígenas de Letícia e convidados pela Expertise France em Colômbia para Participar do Segundo Encuentro sobre Cultura e Manejo Del Fuego Em La Amazônia, na cidade de Letícia-Colômbia com a participação de 9 integrantes Kurupiras/Flores de Munguba. O evento teve representante de todos os países que integram a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela). A partir desse evento está ocorrendo articulações para continuidade da formação dos Kurupiras para serem multiplicadores e também diálogos para formação de uma rede transfronteiriças para tratar de questões climáticas, saberem tradicionais, acadêmicos e outros;

05 Representatividade

- Eládio Kokama faz parte do Conselho Nacional de Políticas Indígenas – CNPI, Gleissimar Castelo branco – Membro do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres de Benjamin Constant (o primeiro a região) apresentado a proposta de criação em 2023 pela AMMAFLORSOL e aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores e sancionado pela prefeita da época e somente em 2025 foi implementado na atual gestão municipal.
- Participação na programação do Agosto Lilás CREAS Tabatinga, Palestra na Semana de Agrárias sobre as ODSs 5 e 13 no INC/UFAM Benjamin Constant; Articulação para realizar a Mobilização Nacional MULHERES VIVAS pelo fim das violências contra as mulheres; Forte atuação, mobilização para que os policiais que estupraram uma indígena kokama fossem presos e pela proteção da vítima; Participação na Caminhada do Projeto Quebrando o Silêncio; Participação na Marcha das Mulheres Indígenas 2025; Participação no Lançamento do Primeiro Livro da Língua Kokama em Tabatinga e em Santo Antônio do Içá, Juventude e lideranças do povo kokama que participaram da COP 30 deram devolutivas para a comunidade socializando aprendizados, informações e conhecimentos;

GTA







REGIONAL AMAPÁ

O presente relatório sistematiza as ações políticas, salvaguardas territoriais e articulações institucionais desenvolvidas pela Rede GTA (Regional Amapá) ao longo do ano de 2025. Alinhada aos princípios socioambientais de defesa das populações tradicionais da Amazônia, a atuação da coordenação regional concentrou-se no fortalecimento da governança local, no mapeamento de suas bases e no enfrentamento direto às pressões decorrentes dos projetos de exploração de combustíveis fósseis na margem equatorial e na costa do Amapá.

01 MATRIZ DE AÇÕES ESTRATÉGICAS

Abaixo, detalham-se as principais atividades coordenadas pela Rede GTA no estado do Amapá, divididas por blocos de execução, objetivos e resultados alcançados.

Ação 1: Finalização do Censo da Rede GTA no Amapá

- Período: Primeiro Semestre de 2025
- Objetivo Institucional: Atualizar o diagnóstico socioterritorial e o recadastramento das organizações e comunidades tradicionais que compõem a base da Rede GTA no estado.
- Resultados: Consolidação de dados demográficos e estruturais que fundamentarão as próximas fases de captação de recursos e defesa jurídica dos territórios.



Ação 2: Rodas de Conversa – Impactos Ambientais e Exploração de Petróleo na Costa do Amapá

Período: Julho a Setembro de 2025

- Objetivo Institucional: Debater os riscos socioambientais da exploração de hidrocarbonetos na Margem Equatorial e mobilizar as comunidades para a criação da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha da Costa do Amapá.
- Resultados: Amplo engajamento das comunidades pesqueiras e agroextrativistas, resultando na unificação de discursos contra o avanço predatório sobre as marés e manguezais.

Ação 3: Planejamento Estratégico da Rede GTA Regional Amapá (Biênio 2025/2026)

Período: Outubro de 2025

- Objetivo Institucional: Desenhar as metas políticas, frentes de incidência e cronogramas de governança interna da regional para os próximos dois anos.
- Resultados: Aprovação do plano de metas unificado pelas organizações coexecutoras da regional.
-

Ação 4: Enfrentamento à Exploração de Petróleo e Salvaguarda dos Direitos Indígenas

Período: Outubro a Novembro de 2025

- Objetivo Institucional: Realizar visitas técnicas e oficinas de conscientização política junto aos povos indígenas em articulação com a Coordenação das Organizações Indígenas do Oiapoque (CCPIO).
- Localidades Atendidas: Aldeias Manga, Kumenê, Açaizal, Kumarumã e Flexa.
- Resultados: Fortalecimento da aliança interétnica entre indígenas e extrativistas, culminando na construção de narrativas unificadas que foram levadas à arena internacional da Embaixada dos Povos durante a COP 30.



02 ARTICULAÇÃO EM REDE E GOVERNANÇA

A execução das atividades de 2025 reafirmou o papel da Rede GTA como um ator coletivo de alta capilaridade no Amapá. A governança baseou-se na descentralização e no protagonismo político das organizações parceiras. A articulação com o setor pesqueiro (via Colônia Z-5), com as comunidades negras e periurbanas (via IMENA), com o modelo de desenvolvimento sustentável de base (via SAF Cutias) e com o pensamento científico-ambientalista (via IEA) garantiu que o Amapá se posicionasse de forma sólida e independente nos debates climáticos nacionais e globais, especialmente no contexto pós-COP 30.

03 PERSPECTIVAS E DIRETRIZES PARA 2026

Diante do monitoramento ativo pós-COP 30, a Rede GTA – Regional Amapá estabelece como prioridades para o primeiro semestre de 2026:

1. Acompanhar de forma soberana as audiências públicas e licenciamentos ambientais relacionados à Margem Equatorial

2. Garantir a aplicação da Convenção 169 da OIT (Consulta Prévia, Livre e Informada) em qualquer projeto que afete as comunidades ribeirinhas e indígenas do estado

3. Iniciar a execução prática das metas traçadas no Planejamento Estratégico do biênio 2025/2026.





REGIONAL
MARANHÃO

A seguir podemos conferiar as agendas políticas, oficinas de formação e ações de incidência socioterritorial coordenadas pela Rede GTA no estado do Maranhão durante o ano de 2025. A atuação no território maranhense consolidou-se a partir de uma aliança histórica com o Fórum Carajás e movimentos sociais de base, tendo como foco principal a salvaguarda dos direitos das comunidades quilombolas, das quebradeiras de coco babaçu e a promoção de práticas agroextrativistas sustentáveis frente às pressões dos grandes empreendimentos na região.

01 CRONOGRAMA DE AÇÕES E IMPACTO TERRITORIAL

As atividades desenvolvidas ao longo de 2025 foram estruturadas em quatro eixos prioritários de intervenção, detalhados a seguir:

Oficinas de Mapeamento Participativo e Governança Quilombola
Período: Março a Maio de 2025

- Objetivo Institucional: Apoiar o fortalecimento organizacional de comunidades tradicionais em parceria com a ACONERUQ, utilizando ferramentas de cartografia social para a garantia de direitos territoriais.

- Resultados: Consolidação do diagnóstico sobre áreas de conflito agrária e identificação de demandas prioritárias de infraestrutura e produção sustentável.





Ação 2: Fortalecimento da Cadeia do Babaçu e Direitos das Quebradeiras

Período: Junho a Agosto de 2025

- Objetivo Institucional: Realizar encontros de formação política e intercâmbio técnico focados na aplicação da Lei do Babaçu Livre e no beneficiamento sustentável do coco babaçu, em cooperação com o MIQCB.
- Resultados: Ampliação da conscientização sobre o livre acesso aos babaçuais e fomento ao cooperativismo de base, garantindo a soberania econômica de mulheres extrativistas.

Ação 3: Seminário Regional de Enfrentamento aos Impactos do Matopiba

Período: Setembro de 2025

- Objetivo Institucional: Promover um espaço de debate crítico sobre os impactos socioambientais da expansão da fronteira agrícola (região do Matopiba) sobre as águas, o Cerrado e os territórios tradicionais maranhenses.
- Resultados: Elaboração de um documento de recomendações públicas assinado pelas organizações membros da Rede GTA e do Fórum Carajás, exigindo maior fiscalização e proteção aos mananciais.

Ação 4: Articulação Pré-COP 30 e Proteção Étnico-Cultural

Período: Outubro a Novembro de 2025

- Objetivo Institucional: Construir e alinhar as pautas dos movimentos negros e tradicionais do Maranhão, junto ao Centro de Cultura Negra (CCN), para incidência direta nos espaços da Cúpula dos Povos e da Embaixada dos Povos em Belém.
- Resultados: Sucesso na projeção nacional das demandas do agroextrativismo maranhense, conectando as problemáticas do Cerrado e da transição justa com os debates climáticos globais da COP 30.







02 GOVERNANÇA, DESCENTRALIZAÇÃO E ALIANÇAS

A solidez dos resultados apresentados reflete o modelo de governança em rede adotado no Maranhão. A fusão das competências técnicas e políticas do Fórum Carajás com a representatividade histórica da ACONERUQ, do MIQCB e do CCN garantiu uma atuação descentralizada. Essa coalizão assegurou que as particularidades do Cerrado e das zonas de transição do Maranhão ganhassem centralidade na agenda da Rede GTA Nacional, fortalecendo a defesa da sociobiodiversidade e combatendo o racismo ambiental no campo.

03 COMPROMISSOS E PERSPECTIVAS PARA 2026

Dando continuidade ao planejamento estratégico construído coletivamente, a Rede GTA – Regional Maranhão define como eixos de ação para 2026:

- Monitorar ativamente as políticas estaduais de regularização fundiária, combatendo a sobreposição de cadastros ambientais rurais (CAR) em terras quilombolas;
- Ampliar os projetos de bioeconomia e comercialização justa dos produtos das quebradeiras de coco babaçu;
- Manter a incidência política ativa em fóruns de decisão sobre as salvaguardas socioambientais para a infraestrutura regional.





INCIDÊNCIA POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM SOCIAL

A Rede de Trabalho Amazónico (GTA) registou a sua participação estratégica no Fórum de Participação Social da Amazónia Legal (FPS/AM) através da presença da Laynara Cristina Leite Prestes, Secretária Executiva da Rede e membro indicada para o referido fórum. O encontro foi promovido pela Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS) e integrou a programação do Festival COP30, realizado no campus da Universidade de Brasília (UnB) nos dias 16 e 17 de outubro de 2025. Este espaço reuniu diversas representações de organizações da sociedade civil, povos indígenas, comunidades tradicionais, quilombolas, movimentos sociais e instituições públicas oriundas de todos os estados da Amazónia Legal, com o propósito de construir coletivamente um documento de proposições capaz de espelhar as realidades, visões e exigências da região para a COP30.

A atuação da representação da Rede GTA orientou-se por objetivos políticos bem definidos, focados em contribuir ativamente com as propostas do estado do Amazonas e dos demais territórios amazónicos, fortalecendo a articulação horizontal entre os povos do campo, da floresta e das águas. Procurou-se, deste modo, incidir politicamente na redação do documento oficial que servirá de guia para a sociedade civil brasileira durante as negociações globais de clima, defendendo de forma intransigente a territorialidade, os direitos e os modos de vida históricos das populações negras, das mulheres trabalhadoras e de todas as comunidades tradicionais.



Ao longo dos dois dias de evento, a dinâmica de trabalho envolveu a participação ativa em reuniões plenárias, grupos temáticos de discussão e momentos de concertação política entre diferentes redes e delegações estaduais. Cada estado partilhou as suas realidades sociais, culturais e ambientais, permitindo uma sistematização coletiva que consolidou a identidade política unificada da Amazónia Legal face aos desafios climáticos globais. Paralelamente às mesas institucionais, a Rede GTA integrou mobilizações e manifestações públicas no festival, levando as suas bandeiras e palavras de ordem para os palcos, num gesto simbólico de vigília e resistência que demonstrou o compromisso permanente dos povos amazónicos na salvaguarda dos seus territórios.

A culminação desta incidência política deu-se com a entrega direta do documento de propostas consolidadas do estado do Amazonas ao Secretário Nacional Renato Simões, considerado uma das principais referências institucionais na condução da participação social rumo à COP30. Este ato reafirmou a premissa de que a territorialidade constitui uma missão histórica e de que a agenda climática internacional não pode conceber soluções eficazes sem a inclusão efetiva dos saberes e vozes dos povos da floresta. Mais do que os resultados formais, o encontro gerou um legado duradouro de integração, solidariedade e intercâmbio de experiências entre ativistas comprometidos com a justiça social e ambiental, fortalecendo os laços que sustentam esta rede viva. A participação conjunta consolidou a presença ativa dos territórios no planeamento nacional, reafirmando que a Amazónia segue mobilizada, em marcha e em luta.



ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DE MULHERES DA REDE GTA

ANO 2025: PROTAGONISMO POLÍTICO, ECOFEMINISMO E JUSTIÇA CLIMÁTICA NA AMAZÔNIA

Sob a liderança da Coordenadora de Mulheres da Rede GTA, Glades Rodrigues Ramires, as agendas institucionais executadas ao longo do ano de 2025 consolidaram o papel central das mulheres amazônidas — indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhas, camponesas e periféricas — na formulação de estratégias de enfrentamento à crise climática global e na governança de seus territórios. Pautada pelos preceitos do ecofeminismo, a Coordenação estruturou canais de diálogo e incidência política que conectaram as bases comunitárias locais às mais altas instâncias de negociação internacional, evidenciando que a conservação dos ecossistemas amazônicos e a justiça climática são indissociáveis da equidade de gênero e da salvaguarda de direitos coletivos.

No decorrer do período, a Coordenação promoveu um robusto ciclo de debates e seminários com o tema central "As Vozes da Floresta: Ecofeminismo Rumo à COP 30". Esse esforço articulou ativistas e lideranças em reuniões de alinhamento político e técnico, que contaram com a coordenação nacional de Sila Mesquita e a liderança de Glades Ramires na facilitação das pautas das mulheres. As ações focaram no fortalecimento institucional das redes agroextrativistas e das ligas femininas indígenas na calha do Alto Solimões e em outras regiões estratégicas da Amazônia Legal. Entre os principais resultados práticos, destaca-se a mobilização e o fortalecimento da Federação TWKK e de núcleos Kokama, impulsionando a autonomia socioeconômica, o reconhecimento dos saberes ancestrais de manejo e a blindagem cultural dessas comunidades face às pressões da fronteira extrativista e do racismo ambiental.

A culminação estratégica deste plano de ação ocorreu durante a COP 30 em Belém (PA), onde a Coordenação de Mulheres liderou uma histórica agenda de incidência socioterritorial na Embaixada dos Povos e na Cúpula dos Povos. O espaço consolidou-se como um polo de irradiação de narrativas contra-hegemônicas, onde as delegadas da Rede GTA pautaram os impactos diferenciados das mudanças climáticas sobre os corpos e territórios das mulheres e exigiram salvaguardas explícitas nos mecanismos de financiamento climático. Os debates na Green Zone e a inserção de diretrizes ecofeministas na Carta das Mulheres da Amazônia demonstraram a capacidade técnica da Rede em traduzir demandas da floresta em proposições globais de política climática, confrontando a exclusão histórica de populações tradicionais e garantindo o protagonismo das mulheres nos espaços de tomada de decisão.

Ao encerrar o ciclo de 2025 e firmar as diretrizes institucionais para 2026, a Coordenação de Mulheres da Rede GTA reafirma que as mulheres não ocupam apenas a posição de vulnerabilidade diante da crise socioambiental, mas constituem a linha de frente e a inteligência prática na construção de soluções baseadas na natureza, no cuidado e na sustentabilidade da vida. O compromisso para o próximo exercício concentra-se na ampliação e consolidação das alianças interétnicas tecidas, na captação de recursos específicos para projetos produtivos de bioeconomia liderados por mulheres e no monitoramento rigoroso das salvaguardas climáticas globais a partir do nível comunitário.




BAIXADA DOS
OVOS


EMBAIXADA DOS POVOS
A RESPOSTA SOMOS NOS
EMBAIXADA DOS POVOS
GTA


EMBAIXADA DOS
POVOS
BRAZIL


EMBAIXADA

GTA

PROJETOS, AÇÕES E CAMPANHAS

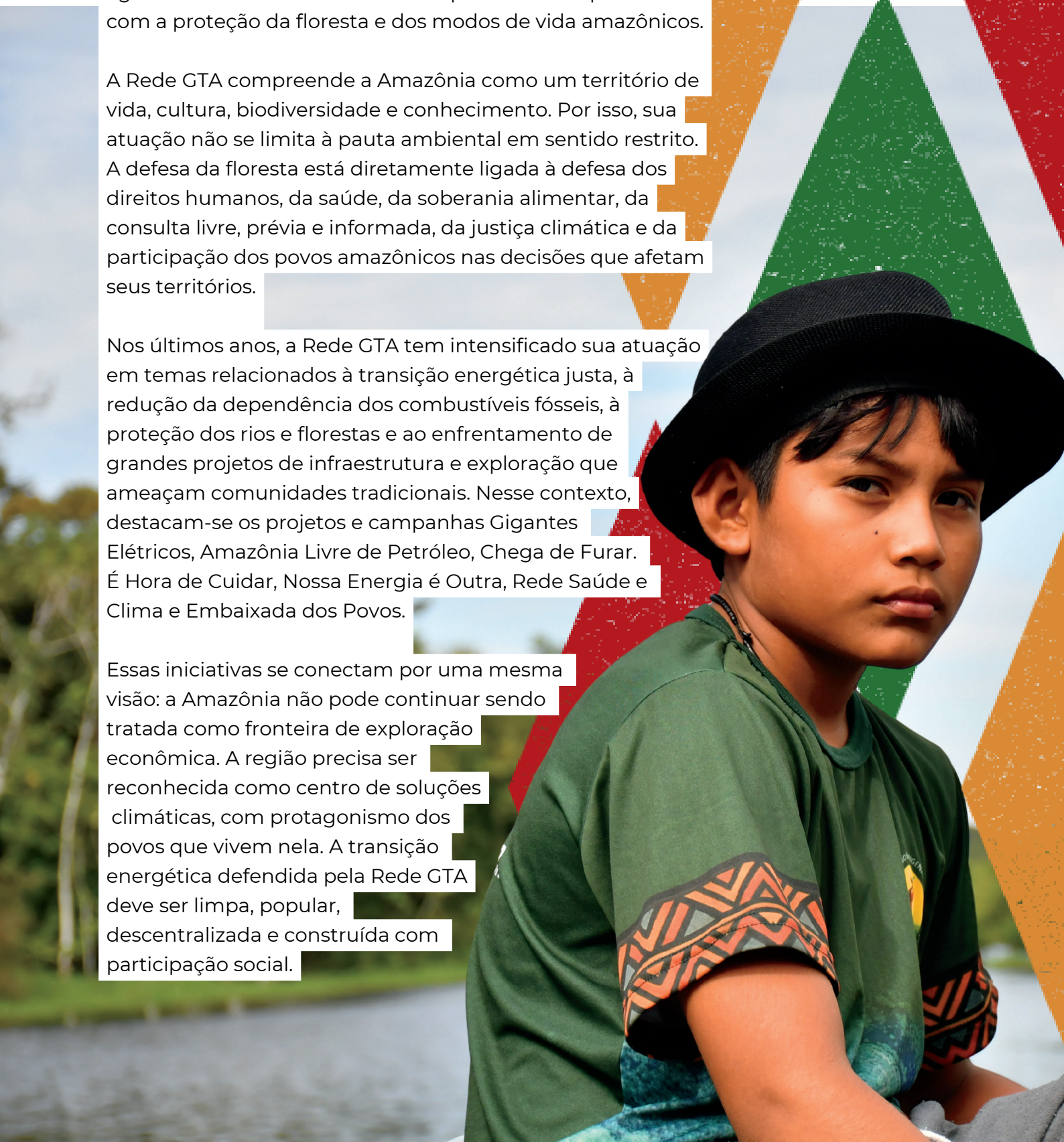


A Rede de Trabalho Amazônico, conhecida como Rede GTA, é uma articulação da sociedade civil que atua na defesa da Amazônia, dos povos da floresta, dos territórios tradicionais e da justiça socioambiental. Sua atuação reúne organizações comunitárias, movimentos sociais, lideranças indígenas, ribeirinhas, quilombolas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares e entidades parceiras comprometidas com a proteção da floresta e dos modos de vida amazônicos.

A Rede GTA compreende a Amazônia como um território de vida, cultura, biodiversidade e conhecimento. Por isso, sua atuação não se limita à pauta ambiental em sentido restrito. A defesa da floresta está diretamente ligada à defesa dos direitos humanos, da saúde, da soberania alimentar, da consulta livre, prévia e informada, da justiça climática e da participação dos povos amazônicos nas decisões que afetam seus territórios.

Nos últimos anos, a Rede GTA tem intensificado sua atuação em temas relacionados à transição energética justa, à redução da dependência dos combustíveis fósseis, à proteção dos rios e florestas e ao enfrentamento de grandes projetos de infraestrutura e exploração que ameaçam comunidades tradicionais. Nesse contexto, destacam-se os projetos e campanhas Gigantes Elétricos, Amazônia Livre de Petróleo, Chega de Furar. É Hora de Cuidar, Nossa Energia é Outra, Rede Saúde e Clima e Embaixada dos Povos.

Essas iniciativas se conectam por uma mesma visão: a Amazônia não pode continuar sendo tratada como fronteira de exploração econômica. A região precisa ser reconhecida como centro de soluções climáticas, com protagonismo dos povos que vivem nela. A transição energética defendida pela Rede GTA deve ser limpa, popular, descentralizada e construída com participação social.



CHEGA DE FURAR **É HORA DE CUIDAR**

Discussão estratégica sobre petróleo na Amazônia e construção de agenda comum de incidência.



A reunião teve como objetivo apresentar materiais já produzidos por campanhas e articulações da sociedade civil sobre a exploração de petróleo na Amazônia, situar o debate no contexto amazônico regional e avançar na construção de estratégias de ação política, comunicação e mobilização social. A exposição destacou que a discussão não parte do zero. Nos últimos anos, organizações, coletivos e movimentos sociais da Amazônia vêm acumulando experiências, materiais, denúncias e articulações em torno dos impactos da exploração de petróleo e gás. Nesse contexto, foi apresentado um portfólio de materiais vinculados a uma campanha mais ampla, associada à agenda de uma Amazônia livre de petróleo, envolvendo o GTA e outras organizações da Pan-Amazônia.

O debate reforçou que a exploração de combustíveis fósseis na Amazônia não deve ser tratada apenas como questão nacional, mas como um problema regional, conectado entre os países amazônicos e marcado por interesses empresariais transnacionais, expansão de blocos exploratórios, riscos de acidentes, danos à biodiversidade, insegurança alimentar, conflitos sociais e agravamento das condições de saúde das populações afetadas.

Ao longo da discussão, consolidou-se a percepção de que é necessário ampliar e qualificar a narrativa política e comunicacional. Embora os povos indígenas estejam entre os segmentos afetados, foi enfatizado que os impactos da cadeia do petróleo e do gás recaem fortemente também sobre comunidades tradicionais, ribeirinhos, pescadores artesanais e populações costeiras e estuarinas, muitas vezes em escala numérica ainda maior. Houve, assim, um chamado para enriquecer a narrativa pública, evitando reduções e tornando mais visível a diversidade dos sujeitos atingidos.

A reunião também apontou a necessidade de transformar o acúmulo de diagnóstico e conjuntura em um plano mais operacional, com definição de estratégias, materiais próprios, formas de pressão, comunicação pública e ações articuladas com base territorial. O entendimento comum é que o desafio atual não é apenas denunciar, mas construir capacidade de incidência social e política mais ampla, dialogando para além dos movimentos organizados e alcançando a sociedade em geral.

2. Contexto da discussão | Foi apresentado material elaborado anteriormente em parceria com outras organizações, contendo:

- contextualização da expansão da exploração de petróleo na Amazônia;
- mapeamento dos blocos de exploração existentes e previstos;
- informações sobre os diferentes países amazônicos;
- histórico de acidentes e seus efeitos;
- materiais gráficos e cartilhas já utilizadas em campanhas anteriores.

A apresentação buscou mostrar que existe um acúmulo político e técnico importante, tanto no Brasil quanto em outros países amazônicos, e que a atual etapa exige transformar esse acúmulo em estratégia convergente de ação. Também foi ressaltado que a campanha não se restringe à Amazônia brasileira, mas se conecta com uma articulação pan-amazônica, envolvendo os chamados “nove países” da Amazônia. Isso reforça a compreensão de que os processos de concessão, exploração, transporte e expansão da fronteira fóssil estão interligados regionalmente.

3. Principais temas debatidos

3.1. A Amazônia como território de expansão fóssil

A reunião reafirmou que a Amazônia está sob forte pressão da expansão petroleira, com grande quantidade de blocos em exploração, concedidos ou previstos para exploração. O mapa apresentado evidenciou a amplitude territorial dessa ameaça e a inserção do Brasil nesse processo regional.

3.2. Histórico de acidentes e riscos estruturais

Outro ponto destacado foi o histórico de acidentes envolvendo a indústria do petróleo, com registro de vítimas fatais e diversos danos socioambientais. A discussão reforçou que esses episódios não são exceções isoladas, mas expressão de um padrão estrutural de risco e violência associado à cadeia fóssil.

3.3. Construção de propostas comuns para a Pan-Amazônia

Foram mencionadas propostas e indicativos políticos que vêm sendo trabalhados no âmbito amazônico regional. Entre os elementos mais nítidos da fala, aparecem:

- necessidade de reduzir e encerrar a expansão dos combustíveis fósseis nos biomas amazônicos;
- elaboração de planos de fechamento de atividades e recuperação de áreas já exploradas;
- participação efetiva das populações afetadas nesses processos;
- criação de mecanismos de compensação e reparação;
- promoção de uma transição para outro modelo energético e de desenvolvimento.

Houve consenso de que essas propostas precisam ser defendidas de forma convergente entre os países amazônicos, evitando respostas isoladas e fragmentadas.

3.4. Comunicação estratégica e disputa de narrativa

Um dos pontos mais fortes da reunião foi a avaliação de que os movimentos precisam aprimorar sua comunicação. A experiência mostra que o discurso empresarial segue mobilizando promessas de progresso, emprego e desenvolvimento, mesmo em contextos onde a exploração de petróleo não produziu melhoria real das condições de vida.

Foi destacado que há muitos dados e evidências acumuladas, mas que ainda é preciso transformá-los em linguagem mais acessível, compreensível e mobilizadora para as comunidades e para a sociedade em geral.

3.5. Ampliação dos sujeitos visibilizados na narrativa

A discussão chamou atenção para a necessidade de não restringir o debate apenas aos impactos sobre povos indígenas. Embora esses impactos sejam graves e centrais, foi enfatizado que há outros grupos profundamente atingidos, como:

- pescadores artesanais;
- ribeirinhos;
- populações tradicionais;
- comunidades costeiras e estuarinas;
- trabalhadores e famílias dependentes dos ecossistemas aquáticos e florestais.

A reunião sugeriu que uma narrativa mais forte deve evidenciar esse conjunto de sujeitos, mostrando a escala social dos danos produzidos pelo petróleo e gás.

3.6. Petróleo não gera desenvolvimento para os territórios

A fala recupera a ideia de que a exploração de petróleo não resolve os problemas sociais dos territórios e não entrega o desenvolvimento prometido. Foram feitas comparações com outras regiões produtoras, indicando que a presença do petróleo convive com desigualdade, pobreza, violência e degradação ambiental. O argumento central é que a promessa de progresso funciona como peça ideológica de legitimação da exploração, mas não se confirma na vida concreta das populações.

4. Consensos identificados

A partir da discussão, podem ser identificados alguns consensos principais:

1. A luta contra a expansão do petróleo na Amazônia já possui acúmulo político e organizativo, não se iniciando do zero.
2. A questão deve ser enfrentada em escala pan-amazônica, dada a conexão entre os países e os processos de exploração.
3. É necessário qualificar a narrativa pública, articulando dados técnicos com linguagem popular e mobilizadora.
4. Os impactos atingem uma diversidade de grupos sociais, e a comunicação precisa refletir isso.
5. O petróleo não representa desenvolvimento real para os territórios afetados, mas reprodução de destruição, conflito e adoecimento.
6. A etapa seguinte exige mais operacionalidade, com materiais próprios, definição de foco, estratégias de pressão e ações concretas.

5. Encaminhamentos sugeridos a partir da reunião

Com base no conteúdo debatido, os encaminhamentos estratégicos mais evidentes são:

- elaborar materiais próprios, adaptados à realidade e à narrativa do coletivo/organização;
- sistematizar os dados já acumulados em formatos mais acessíveis para comunidades e opinião pública;
- construir uma estratégia de comunicação ampliada, capaz de dialogar para além dos movimentos sociais já mobilizados;
- fortalecer a articulação com organizações e redes dos demais países amazônicos;
- desenvolver um plano de incidência prática, com foco em campanhas, pressão pública e ação territorial;
- evidenciar, na comunicação e na mobilização, os impactos sobre pescadores, ribeirinhos, comunidades tradicionais e demais populações afetadas;
- sair da etapa predominantemente diagnóstica e avançar para uma agenda operacional de ação coletiva.

6. Conclusão

A reunião representou um momento de balanço e transição. De um lado, reafirmou-se que já existe uma base importante de análise, denúncia, materiais e articulações sobre os impactos do petróleo na Amazônia. De outro, ficou evidente que o desafio atual é transformar esse acúmulo em capacidade concreta de incidência política, comunicação estratégica e mobilização social ampliada.

O debate apontou para a construção de uma agenda que combine denúncia, produção narrativa, articulação regional e ação prática, tendo como horizonte a defesa da Amazônia e de seus povos frente à expansão da fronteira fóssil. Mais do que reagir a projetos específicos, a reunião indica a necessidade de consolidar uma visão estratégica comum, territorializada e pan-amazônica, capaz de confrontar a lógica de destruição associada ao petróleo e afirmar alternativas de futuro baseadas na vida, na justiça social e na integridade dos territórios.



GIGANTES ELÉTRICOS

O projeto Gigantes Elétricos é uma campanha voltada à eletrificação do transporte pesado, especialmente caminhões. A iniciativa busca pressionar grandes empresas do setor automotivo e logístico a assumirem compromissos concretos com a substituição de veículos movidos a diesel por alternativas elétricas e menos poluentes.

No Brasil, essa pauta tem forte relação com a Amazônia, pois grande parte da logística de cargas ainda depende do óleo diesel. Caminhões movidos por combustíveis fósseis circulam por rodovias, portos, áreas industriais e territórios próximos a comunidades, gerando poluição atmosférica, ruído, emissões de gases de efeito estufa e impactos diretos à saúde da população.

A participação da Rede GTA neste debate amplia o tema da eletromobilidade. A discussão deixa de ser apenas tecnológica ou empresarial e passa a ser também social, climática e territorial. A eletrificação dos caminhões é apresentada como uma medida capaz de reduzir a poluição, diminuir a dependência de combustíveis fósseis e evitar que comunidades amazônicas continuem sendo afetadas por um modelo logístico baseado no diesel.





Entre as realizações da campanha, destaca-se a capacidade de colocar o transporte pesado no centro do debate sobre justiça climática na Amazônia. O projeto contribuiu para dar visibilidade aos impactos do diesel sobre comunidades e territórios, mostrando que a transição energética precisa alcançar também o setor de cargas.

Outra conquista importante foi a pressão pública sobre grandes montadoras e empresas ligadas à cadeia logística. Ao cobrar metas mais claras de descarbonização, a campanha fortalece a responsabilidade do setor privado na redução das emissões e na adoção de tecnologias mais limpas. Também ajudou a aproximar organizações amazônicas de debates nacionais e internacionais sobre transporte sustentável, especialmente no contexto da COP30 e das discussões sobre clima no Brasil.

O projeto também tem contribuído para apresentar alternativas práticas. Estudos e debates relacionados à campanha indicam que a implantação de infraestrutura de recarga e o uso de caminhões elétricos podem reduzir emissões, diminuir o consumo de diesel e tornar a logística amazônica menos poluente. Assim, o Gigantes Elétricos se consolida como uma iniciativa que une denúncia, pressão política e proposta concreta de mudança.




GTA
RUMO À COP

CAMPANHA AMAZÔNIA LIVRE DE PETRÓLEO

A campanha Amazônia Livre de Petróleo é uma das principais frentes de atuação da Rede GTA contra a expansão da exploração de petróleo e gás na região amazônica. A campanha denuncia os riscos ambientais, sociais e climáticos associados à abertura de novas fronteiras fósseis, especialmente na Foz do Amazonas e na Margem Equatorial.

A Rede GTA defende que não existe transição energética verdadeira quando o país continua investindo na ampliação da exploração de petróleo. Para a organização, insistir em novos poços e blocos exploratórios em áreas sensíveis da Amazônia contradiz os compromissos climáticos assumidos pelo Brasil e ameaça diretamente povos indígenas, comunidades tradicionais, pescadores, ribeirinhos e populações costeiras.

A campanha alerta para impactos como risco de vazamentos, contaminação das águas, prejuízos à pesca artesanal, ameaça à biodiversidade marinha e costeira, pressão sobre territórios tradicionais e ausência de escuta adequada das populações afetadas. Também questiona a ideia de que a exploração de petróleo representa desenvolvimento para a região, uma vez que os maiores riscos costumam ficar com as comunidades, enquanto os benefícios econômicos se concentram em grandes empresas e setores específicos.





Entre as realizações da campanha, destaca-se a ampliação do debate público sobre os riscos da exploração de petróleo na Foz do Amazonas. A Rede GTA tem contribuído para transformar um tema muitas vezes tratado como técnico em uma pauta popular e territorial. Ao envolver lideranças comunitárias, movimentos sociais, pesquisadores e organizações parceiras, a campanha fortalece a resistência contra a expansão fóssil na Amazônia.

Uma conquista relevante é a construção de uma narrativa clara: a Amazônia deve ser livre de petróleo porque seu futuro depende da proteção das águas, dos territórios e dos povos. Essa mensagem tem ajudado a articular diferentes setores da sociedade civil em torno de uma agenda comum de enfrentamento aos combustíveis fósseis.

A campanha também contribuiu para fortalecer a incidência política da Rede GTA em debates ambientais nacionais e internacionais. Ao denunciar retrocessos, licenças e autorizações relacionadas à exploração petrolífera, a organização reafirma seu papel como voz crítica em defesa da Amazônia e da justiça climática.

CAMPANHA NOSSA ENERGIA É OUTRA

A campanha Nossa Energia é Outra expressa a defesa de uma transição energética justa, popular e construída a partir dos territórios amazônicos. A iniciativa parte da compreensão de que a Amazônia não precisa de mais projetos baseados em exploração, poluição e concentração de poder. Precisa de energia limpa, acessível, comunitária e adequada à realidade dos povos da floresta.

Na Amazônia, muitas comunidades ainda enfrentam dificuldades de acesso à energia elétrica regular e de qualidade. Em diversas localidades isoladas, a geração depende do diesel, que é caro, poluente e vulnerável às dificuldades de transporte. Ao mesmo tempo, grandes projetos energéticos historicamente causaram impactos severos sobre rios, florestas e comunidades, sem garantir benefícios proporcionais às populações locais.

Nesse contexto, Nossa Energia é Outra defende que a transição energética não pode repetir injustiças. Não basta substituir fontes fósseis por fontes renováveis se as comunidades continuarem excluídas das decisões. A energia precisa servir à melhoria da vida nos territórios, apoiando escolas, unidades de saúde, comunicação, produção comunitária, segurança alimentar, conservação ambiental e autonomia local.





Entre as realizações da campanha, destaca-se a contribuição para o debate sobre modelos energéticos mais justos para a Amazônia. A Rede GTA tem ajudado a questionar soluções impostas de fora e a valorizar alternativas construídas com participação das comunidades.

A campanha também tem como conquista simbólica a afirmação de uma nova visão sobre energia. Quando a Rede GTA diz que “nossa energia é outra”, está afirmando que a energia dos povos amazônicos vem da organização comunitária, da defesa da floresta, da cultura, da solidariedade, da resistência e da capacidade de construir alternativas. Essa mensagem fortalece a identidade política da transição energética defendida pelos movimentos sociais.

Além disso, a campanha se conecta com outras frentes da Rede GTA, como o enfrentamento ao petróleo e a defesa da eletrificação do transporte pesado. Juntas, essas ações formam uma agenda coerente de redução da dependência dos combustíveis fósseis e construção de alternativas energéticas mais limpas e democráticas.

EMBAIXADA DOS POVOS

A Embaixada dos Povos é uma iniciativa estratégica da Rede GTA em parceria com organizações indígenas e movimentos sociais. O espaço foi criado como ponto de apoio, articulação, acolhimento e mobilização para povos indígenas, comunidades tradicionais, lideranças sociais e organizações da sociedade civil envolvidas na luta climática e na defesa da Amazônia.

Localizada em Belém, a Embaixada dos Povos ganhou destaque no contexto da COP30, realizada na Amazônia. Sua criação responde a uma preocupação central: garantir que os povos amazônicos não sejam apenas tema dos debates climáticos, mas sujeitos ativos dessas discussões.

A Embaixada dos Povos funciona como uma casa política da sociedade civil amazônica. É um espaço de encontro, escuta, formação, construção de agendas comuns e fortalecimento de alianças. Ali, lideranças indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas, pescadores, juventudes, mulheres e organizações parceiras podem articular propostas, denúncias e estratégias de incidência.





Entre suas realizações, destaca-se a capacidade de reunir diferentes vozes da Amazônia em torno de uma agenda comum de justiça climática. A Embaixada tem contribuído para fortalecer a presença dos povos e comunidades tradicionais nos debates relacionados à COP30 e às políticas climáticas nacionais e internacionais.
Uma das conquistas mais importantes da iniciativa é a valorização do protagonismo dos povos da floresta. Ao criar um espaço próprio de articulação, a Rede GTA e suas parceiras afirmam que as soluções para a crise climática não podem ser construídas sem a participação direta daqueles que protegem a floresta no cotidiano.

A Embaixada dos Povos também fortalece a comunicação política dos movimentos sociais. Por meio de encontros, declarações, atos públicos e atividades formativas, o espaço ajuda a construir mensagens coletivas e a ampliar a visibilidade das demandas amazônicas. Entre essas demandas estão a proteção dos territórios, o combate aos combustíveis fósseis, o financiamento direto para comunidades, a garantia da consulta livre, prévia e informada e o reconhecimento dos povos tradicionais como protagonistas das soluções climáticas.

REDE SAÚDE E CLIMA BRASIL

A Rede Saúde e Clima Brasil é uma iniciativa liderada pela Rede de Trabalho Amazônico, GTA, em articulação com outras organizações parceiras. A Rede GTA foi uma das responsáveis por sua criação e vem conduzindo esse processo como parte de sua estratégia de fortalecer a relação entre justiça climática, saúde pública, defesa dos territórios e proteção dos povos da Amazônia.

A iniciativa nasce do reconhecimento de que a crise climática também é uma crise de saúde. O aumento das temperaturas, as secas severas, as enchentes, a fumaça das queimadas, a contaminação das águas, a insegurança alimentar e a expansão de doenças relacionadas ao clima afetam diretamente a vida das populações amazônicas. Esses impactos são sentidos com mais força por povos indígenas, comunidades ribeirinhas, quilombolas, extrativistas, pescadores, agricultores familiares, crianças, idosos e populações que vivem em áreas com menor acesso a serviços públicos.

Com a criação da Rede Saúde e Clima Brasil, a Rede GTA amplia sua atuação ao colocar a pauta da saúde no centro de seus debates internos, de suas campanhas e da atuação de suas filiadas na Amazônia. A saúde passa a ser tratada não apenas como acesso a serviços médicos, mas como parte do direito ao território, à água limpa, ao ar respirável, à alimentação saudável, à moradia segura, à cultura e ao bem viver.

Entre suas principais realizações, destaca-se a construção de um espaço de articulação entre organizações socioambientais, movimentos sociais, profissionais de saúde, pesquisadores, lideranças comunitárias e entidades que atuam nos territórios. Essa articulação permite aproximar o debate climático das realidades vividas pelas comunidades amazônicas, mostrando que os impactos ambientais também produzem adoecimento, insegurança e violações de direitos.

A Rede Saúde e Clima Brasil também contribui para fortalecer a incidência política da Rede GTA e de suas organizações filiadas. Ao incorporar a saúde como eixo estratégico, a iniciativa amplia a capacidade da rede de dialogar com políticas públicas, sistemas de vigilância, adaptação climática, prevenção de desastres, segurança alimentar, saneamento, combate às queimadas e proteção das populações vulnerabilizadas.

Sua principal conquista é inserir de forma estruturada a pauta da saúde na agenda socioambiental amazônica conduzida pela Rede GTA. Com isso, a organização reforça que não há justiça climática sem saúde, não há saúde sem território protegido e não há proteção da Amazônia sem escutar as populações que vivem os efeitos da crise climática no cotidiano. Outro ganho nesta linha foi a parceria com a Aliança Global por saúde e Clima que está contribuindo muito para a capacitação de lideranças de Profissionais de saúde para o enfrentamento de problemas de saúde causados por Combustíveis fosseis na região Amazônica.


SUS
EMBAIXADA DOS POVOS


SUS
COP30
GTA


SUS
GTA


SUS


EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS
Acessibilidade/Accessibility


REDE
Saúde e
BRASIL
FORÇA NACIONAL DO SUS

INTEGRAÇÃO ENTRE OS PROJETOS

Os projetos e campanhas da Rede GTA não devem ser vistos de forma isolada. Eles fazem parte de uma estratégia mais ampla de defesa da Amazônia e de construção de uma transição energética justa.

O Gigantes Elétricos atua no enfrentamento à poluição causada pelo transporte pesado movido a diesel. A campanha Amazônia Livre de Petróleo combate a abertura de novas fronteiras fósseis. O Chega de Furar. É Hora de Cuidar fortalece a comunicação popular e a mobilização contra a exploração de petróleo e gás. O Nossa Energia é Outra propõe uma visão positiva de energia limpa, comunitária e democrática. A Embaixada dos Povos cria o espaço político necessário para articular essas lutas e garantir a presença dos povos amazônicos nos debates climáticos.

Juntas, essas iniciativas mostram que a Rede GTA combina denúncia e proposta. A organização denuncia os impactos do diesel, do petróleo, das falsas soluções e dos modelos de desenvolvimento impostos à Amazônia. Ao mesmo tempo, propõe alternativas baseadas no cuidado, na participação popular, na energia limpa, na autonomia territorial e no protagonismo dos povos.



CONCLUSÃO DO CICLO FORMATIVO JUVENTUDES AMAZÔNIDAS POR JUSTIÇA CLIMÁTICA

Com o objetivo de fortalecer o protagonismo juvenil na defesa dos direitos socioambientais e no enfrentamento à crise climática, a Rede de Trabalho Amazônico (Rede GTA), com apoio do Fundo Casa Socioambiental, realizou o Ciclo de Formação Juventudes Amazônidas por Justiça Climática durante os anos de 2024 e 2025. A iniciativa integrou a estratégia de mobilização da Rede GTA rumo à COP30, promovendo o engajamento político-pedagógico de jovens amazônidas por meio da formação crítica e territorializada.

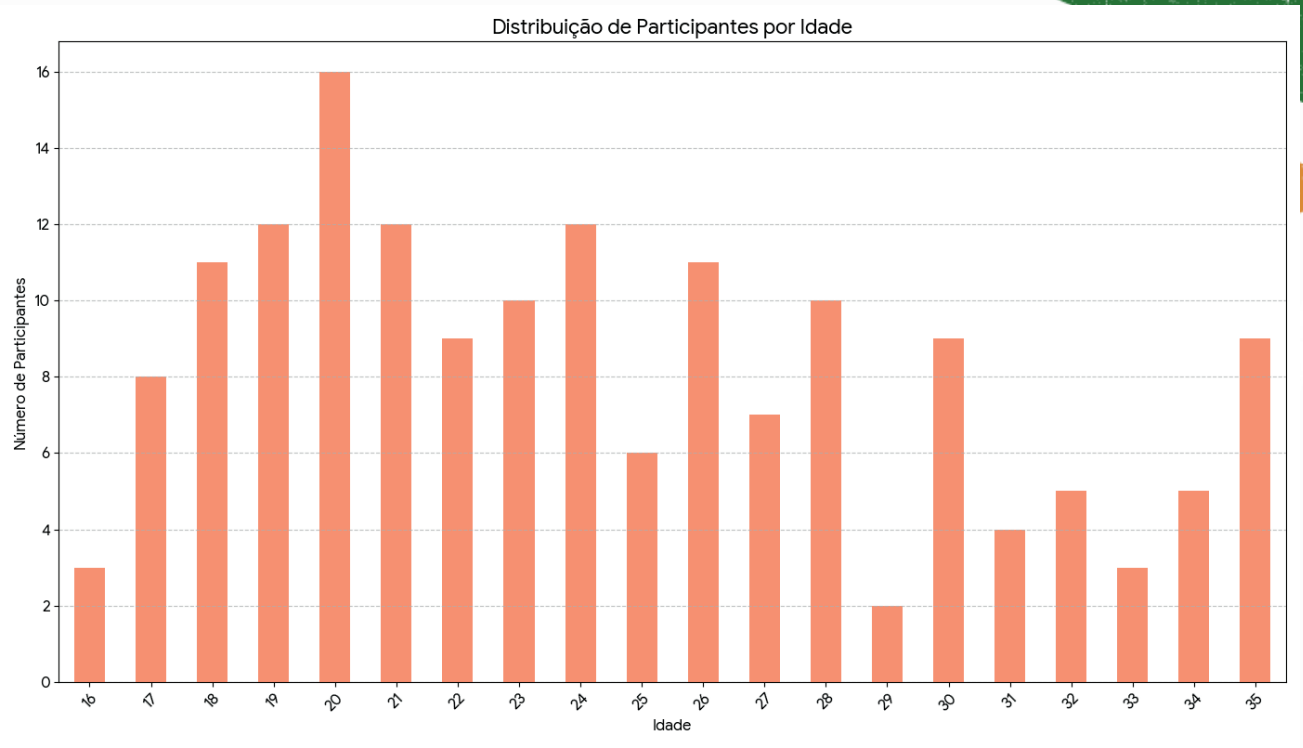
A formação foi voltada exclusivamente para jovens vinculados a instituições filiadas à Rede GTA ou a entidades parceiras, e buscou articular saberes tradicionais e científicos, com foco na justiça climática, nos direitos dos povos da floresta e na construção de alternativas sustentáveis para a região amazônica. O processo formativo foi composto por encontros virtuais e presenciais, rodas de diálogo, oficinas temáticas e ações de mobilização nos territórios.

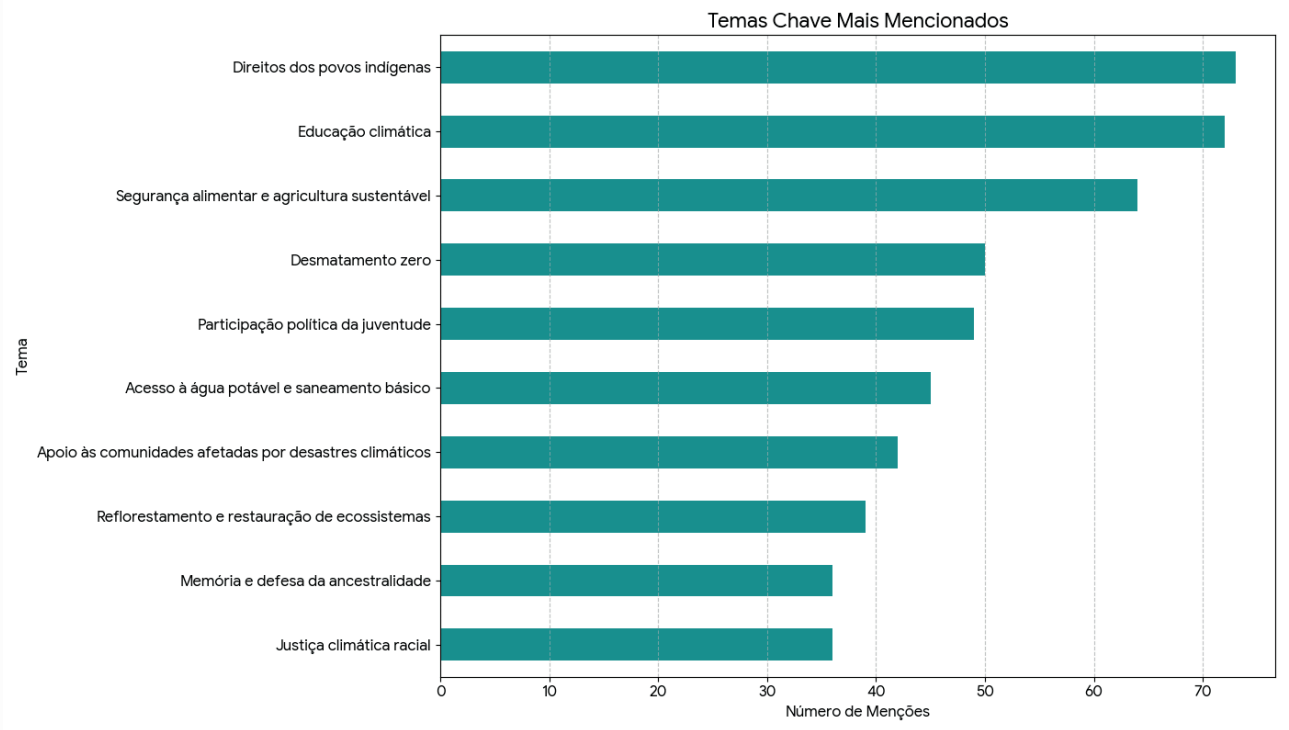
Com grande adesão, as inscrições foram abertas por meio de chamada pública e seguiram o critério de ordem de inscrição, o que garantiu diversidade geográfica e representatividade de vários estados amazônicos. O ciclo representou um espaço estratégico para a renovação política da Rede GTA e para a consolidação de uma nova geração de lideranças comprometidas com a defesa da Amazônia e com a construção de um futuro sustentável e justo.

GTA

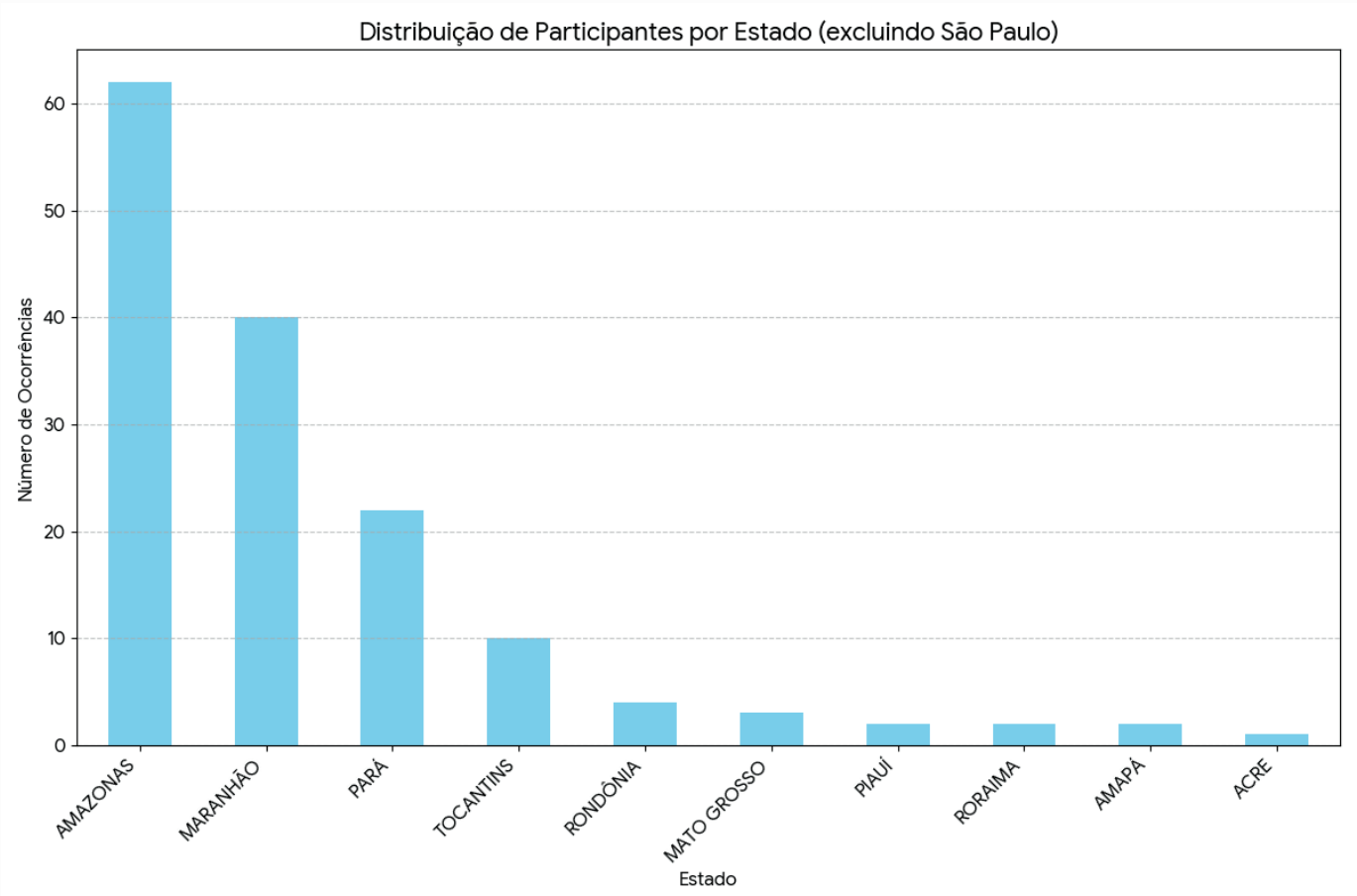
DADOS DOS PARTICIPANTES

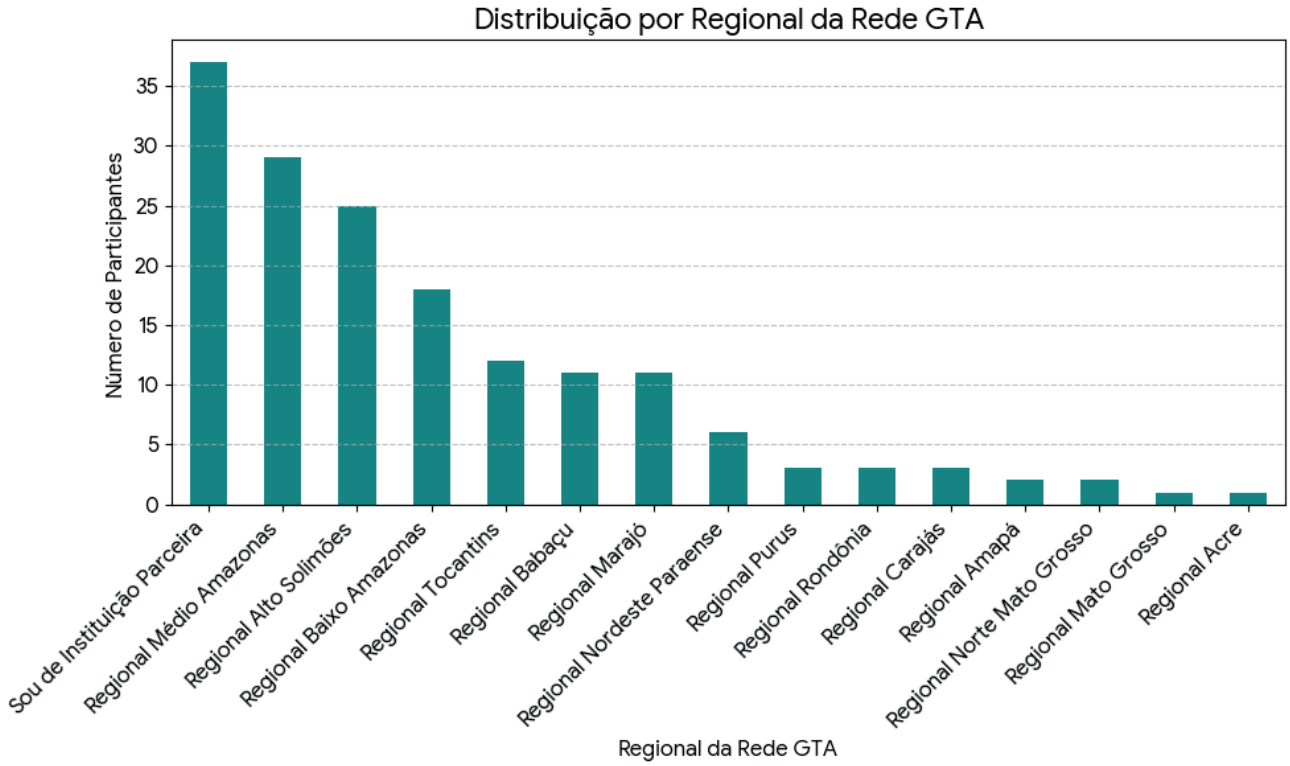
164 inscritos





DADOS DOS PARTICIPANTES



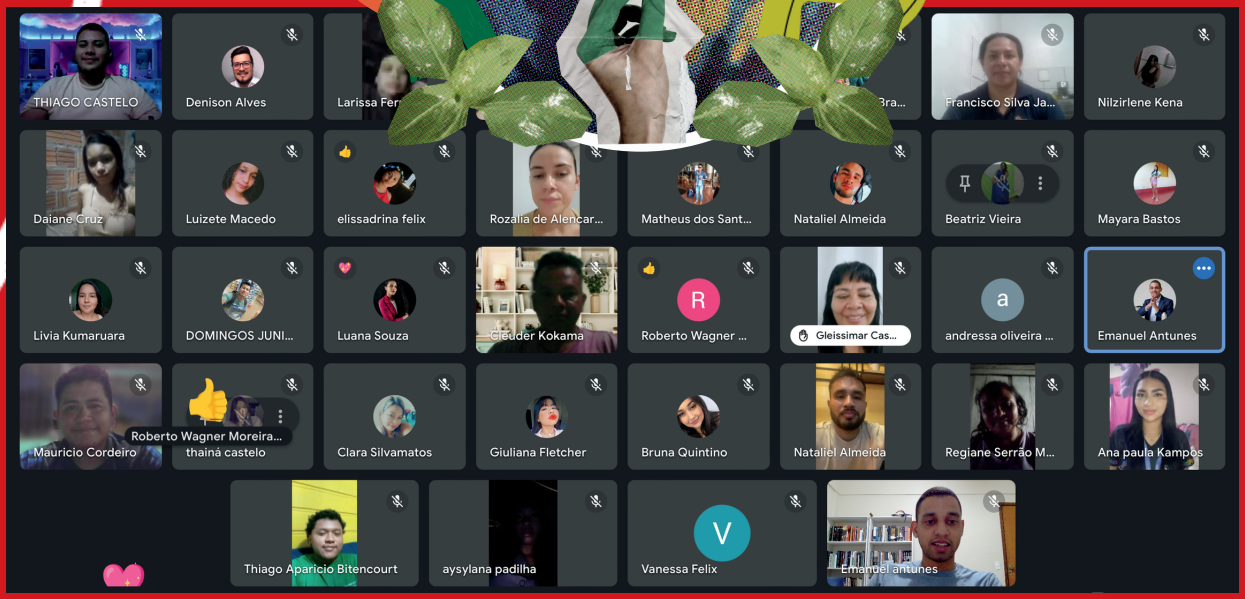




CICLO FORMATIVO 2024-2025

JUVENTUDES AMAZÔNIDAS POR JUSTIÇA CLIMÁTICA





GTA

O Ciclo Formativo Juventudes Amazônidas por Justiça Climática (2024–2025), realizado pela Rede de Trabalho Amazônico (GTA), foi muito mais do que um curso de liderança. Ele funcionou como um verdadeiro ponto de encontro para fortalecer os jovens que vivem e defendem a nossa floresta, preparando-os para os grandes debates que vêm por aí, como a COP 30. O projeto uniu jovens de vários estados — como Amazonas, Maranhão, Pará e Tocantins — e de diversas organizações parceiras (como o MIQCB e a REPAM), criando uma grande rede conectada e unida.

O grande coração desse ciclo foi o seu caráter intergeracional, ou seja, a mistura e a troca entre diferentes gerações. O curso reuniu desde jovens que estão na escola até aqueles que já estão na faculdade, colocando-os lado a lado com lideranças históricas, cientistas e ativistas experientes.

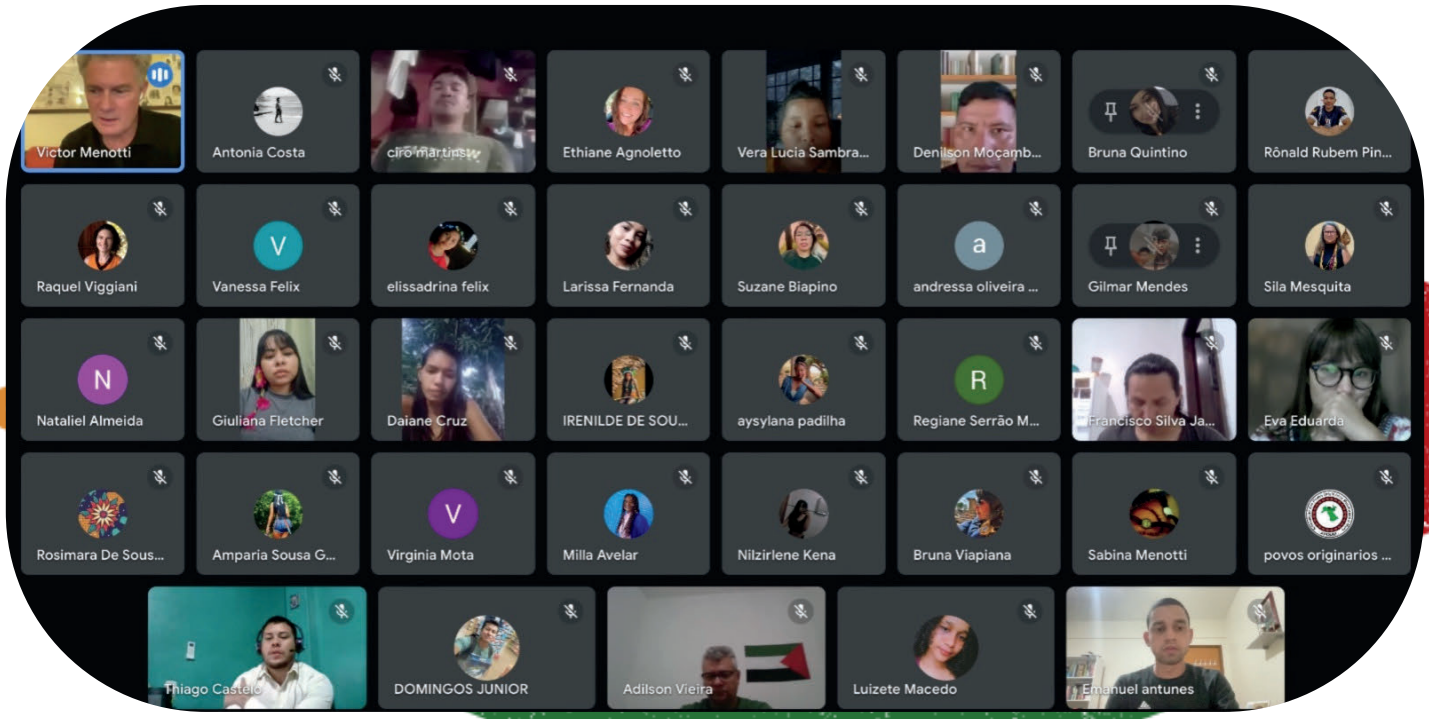
Essa união permitiu que o conhecimento do passado e o respeito à ancestralidade se somassem à energia, ao uso das redes sociais e às novas ideias da juventude. Assim, a Rede GTA garante que a sua história continue viva nas mãos das novas lideranças. Apesar de ser um curso aberto e dialogado, os temas trazidos tiveram um conteúdo técnico e teórico muito profundo, debatendo assuntos complexos de forma clara:

- Justiça Climática e Racismo Ambiental: O grupo debateu como a crise do clima não afeta a todos de forma igual, mostrando que as populações negras, indígenas e tradicionais são as que mais sofrem com a poluição e a perda de suas terras. Discutiu-se o impacto real do agronegócio e da mineração na vida comunitária.
-
- Políticas do Clima e Direitos Humanos: Os participantes estudaram as regras do jogo global, analisando acordos internacionais importantes (como o Acordo de Paris e o Acordo de Escazú) e entendendo como o direito internacional defende os povos da floresta. Foi uma verdadeira preparação em diplomacia climática para que os jovens saibam negociar nesses espaços.

- Modelos de Desenvolvimento e Economia Justa: O curso fez uma crítica ao chamado "capitalismo verde" (ou bioeconomia de mercado), que muitas vezes exclui as comunidades locais. Em vez disso, valorizou-se a "ecologia dos saberes", que coloca a soberania alimentar e o modo de vida tradicional como a verdadeira solução para o planeta.

- Comunicação Popular e Ativismo: Os jovens aprenderam técnicas práticas de mobilização, uso de redes sociais e como fazer a voz da comunidade ser ouvida pelos governantes e em grandes eventos.

Mesmo com as conhecidas dificuldades de internet e energia na Amazônia, o compromisso de cada participante transformou as telas em espaços de resistência e aprendizado. Ao juntar o conhecimento prático dos mais velhos com o estudo teórico dos mais novos, a Rede GTA não apenas prepara a juventude para brilhar na COP 30, mas planta a semente de uma luta que continuará firme por muitas e muitas gerações.



A atuação da Rede GTA por meio dos projetos, demonstra uma agenda consistente de defesa da Amazônia em um momento decisivo para o Brasil e para o mundo.

Essas iniciativas enfrentam um dos principais desafios da atualidade: superar a dependência dos combustíveis fósseis sem repetir injustiças históricas contra os povos da floresta. Para a Rede GTA, a transição energética precisa ser mais do que uma mudança tecnológica. Ela deve ser uma mudança política, social e territorial.

As realizações e conquistas dos projetos analisados mostram avanços importantes na comunicação popular, na mobilização social, na incidência política, na articulação de lideranças e na construção de propostas para uma Amazônia livre de petróleo, menos dependente do diesel e mais fortalecida em seus modos de vida.

A principal contribuição da Rede GTA é afirmar que a Amazônia não é apenas um lugar a ser protegido pelo mundo. É um território vivo, habitado por povos que pensam, propõem, cuidam e resistem. Por isso, qualquer solução climática verdadeira precisa partir desses territórios e reconhecer seus protagonistas.



EMBAIXADA DOS POVOS



MARCO FUNDACIONAL E SIGNIFICADOS POLÍTICOS

Localizada na Avenida Duque de Caxias, 852, no bairro do Marco, em Belém do Pará, a Embaixada dos Povos foi inaugurada em 2025. Muito mais do que uma sede física ou um endereço logístico, o local emergiu no cenário da COP30 como uma resposta estratégica da sociedade civil. O espaço consolidou-se como um verdadeiro "abrigo político e afetivo", desenhado para ser o epicentro de resistência frente ao avanço histórico dos combustíveis fósseis e às crescentes vulnerabilidades geradas pelas mudanças climáticas.

Ao operar como um contraponto crítico aos salões oficiais de negociação diplomática, a Embaixada cumpriu o papel de traduzir as urgências territoriais que, frequentemente, restam marginalizadas nas cúpulas globais. O projeto assumiu a premissa de que qualquer decisão sobre o futuro do planeta carece de legitimidade se não partir do protagonismo das bases que diariamente salvaguardam os biomas, funcionando como uma "casa comum" para movimentos sociais, povos indígenas e comunidades tradicionais.




EMBAIXADA DOS
POVOS
NO to TFFF
INTERNATIONALISM
OF FORESTS
GTA
RUMO À COP30
NO to TFFF
Global
Forest
Coalition
NO to TFFF


EMBAIXADA DOS
POVOS

MARCO FUNDACIONAL E SIGNIFICADOS POLÍTICOS

A densidade institucional da Embaixada foi viabilizada pelo seu funcionamento como ponto de apoio central da Rede de Trabalho Amazônico (GTA), uma coalizão histórica que aportou capacidade de mobilização e ancoragem política. O espaço congregou não apenas o GTA, mas estabeleceu sinergias com o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), além de organizações globais como a 350.org, Global Forest, Assembleia Mundial pela Amazônia e WALHI.

A convergência desses atores permitiu o encontro de coletivos de base — a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), do Coletivo Pororoka, do Coletivo Lakapoy e das Mulheres Tapajônicas — com instâncias representativas internacionais. O resultado foi a tecitura de uma rede sólida, capaz de conectar memórias de luta à construção de esperança política, mantendo o território amazônico como horizonte incontornável das discussões climáticas.




EMBAIXADA DOS
POVOS


EMBAIXADA DOS
POVOS
GTA
VAMOS AMAZONIZAR O MUNDO!
GTA
Rede de
Trabalho
Amazônico

DENSIDADE TEMÁTICA: O ENFRENTAMENTO E AS ALTERNATIVAS

A programação da Embaixada caracterizou-se pelo rigor nos debates, estruturando frentes de trabalho que buscaram desconstruir narrativas predatórias e apresentar proposições concretas. A agenda abarcou mais de 40 eventos, desdobrando-se nos seguintes eixos analíticos:



Saúde e Clima: A interseção inseparável entre o colapso ambiental e a saúde coletiva foi um marco das articulações. O espaço foi o núcleo de planejamento da massiva "Marcha Global Saúde e Clima", que levou mais de 7.000 pessoas às ruas, e palco do lançamento oficial da "Rede Brasil Saúde e Clima", acompanhado por espaços como o Painel Vidas na Linha de Frente



Transição Energética Material: Em oposição a matrizes energéticas destrutivas, discutiu-se a descarbonização palpável. Foram apresentados casos práticos, como a campanha "Gigantes Elétricos", integrante do Programa MOVER (com foco em caminhões 100% elétricos), e estratégias de adaptação fluvial sustentável, destacando-se os seminários sobre a utilização de canoas solares na Bacia Amazônica.

Repúdio às Falsas Soluções: A Embaixada instituiu arenas de contencioso contra modelos de financiamento e exploração incompatíveis com a justiça climática. Organizaram-se plenárias rigorosas pelo fim da era fóssil, com embargos incisivos à exploração de fracking em territórios como Vaca Muerta, bem como painéis estruturados em oposição à arquitetura financeira do TFFF (Fundo para Florestas Tropicais).


EMBAIXADA DOS
POVOS
PASTORAL DO
POVO
DA
RUA
ARQUIDIOCESE
DE SÃO PAULO


EMBAIXADA DOS
POVOS
POVO
RUA

T**erritório, Interseccionalidade e Direitos Originários: O espaço** garantiu a centralidade da formulação política a partir de grupos originários, recebendo os encontros do Conselho Indígena da GARN e reuniões cruciais com foco na incidência da juventude indígena e nas abordagens de ecofeminismo territorial pelas Mulheres Tapajônicas.

Memória, Cultura e Formação: Compreendendo a comunicação como ferramenta de disputa hegemônica, a Embaixada investiu na capacitação e na preservação da memória, oferecendo oficinas de artivismo e de comunicação com o grupo G9 (Bacia Amazônica). Os lançamentos das obras audiovisuais documentais "Minha Terra Estrangeira" e "La Vida Fracturada" serviram como registros da resistência popular em imagem e narrativa.



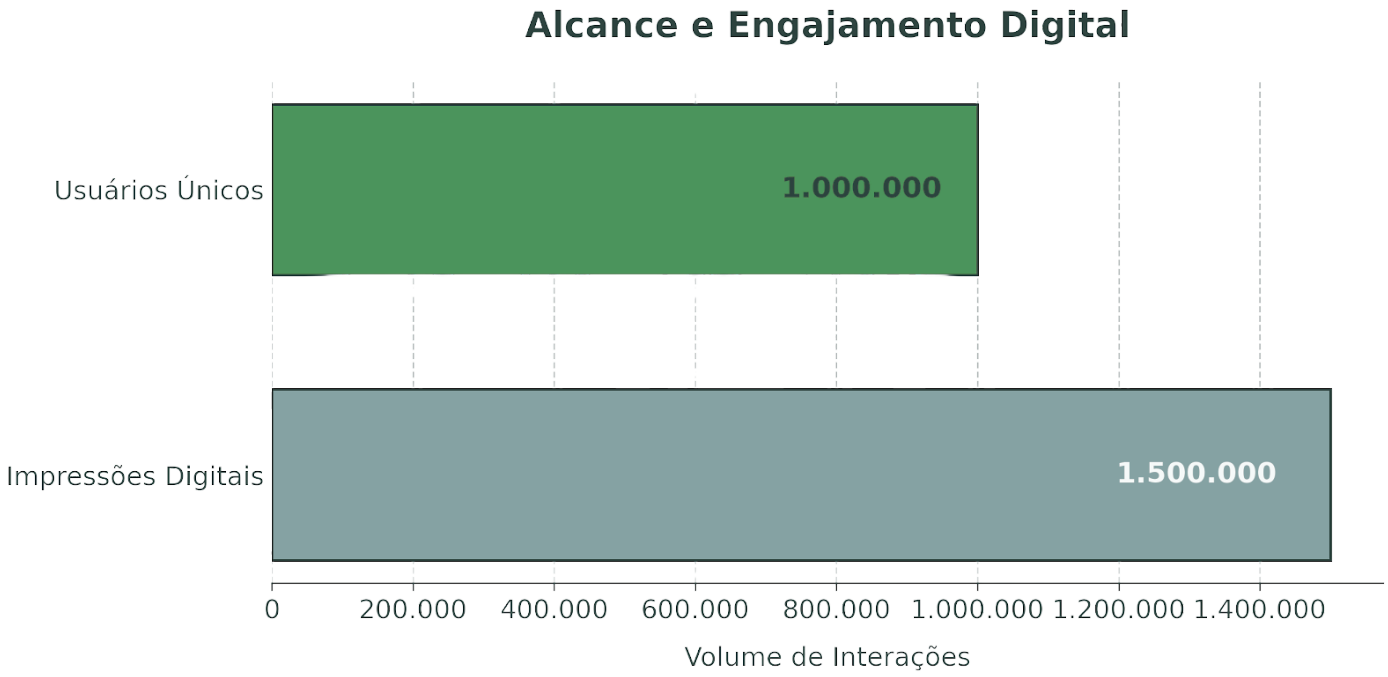


O SALDO HISTÓRICO E O IMPACTO NO ESPAÇO PÚBLICO

O sucesso da Embaixada dos Povos aferiu-se em números que refletem sua envergadura. Ao longo da sua operação, mais de 10.000 pessoas circularam por suas dependências, convertendo debates internos em mobilizações massivas que ocuparam o espaço urbano de Belém.

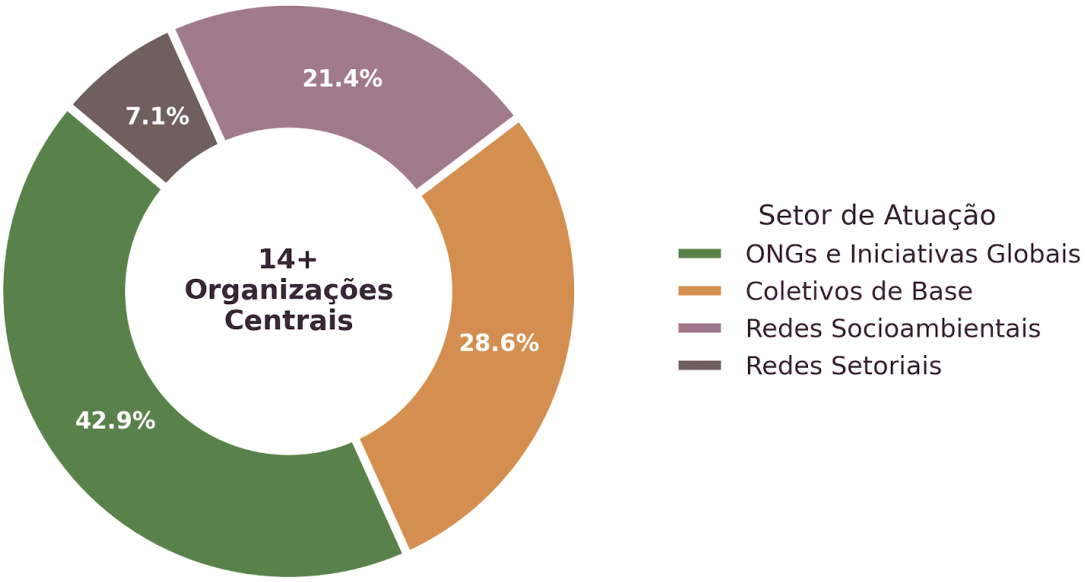
A incidência da Embaixada rompeu os limites geográficos do bairro do Marco. As narrativas geradas na base foram catapultadas para a esfera de decisão global, alcançando mais de um milhão de usuários únicos e gerando mais de 1,5 milhão de impressões digitais. Veículos jornalísticos de altíssima relevância editorial — incluindo os internacionais DW, The Guardian e Le Monde Diplomatique, juntamente com Revista Piauí, Cenarium, O Eco, G1, GloboNews e Band News — reportaram as pautas consolidadas a partir do espaço.

Em suma, a Embaixada dos Povos gravou-se nos registros da COP30 não apenas como uma alternativa de calendário paralelo, mas como a estrutura essencial que forçou o debate internacional a confrontar a incontornável realidade material dos defensores dos territórios.

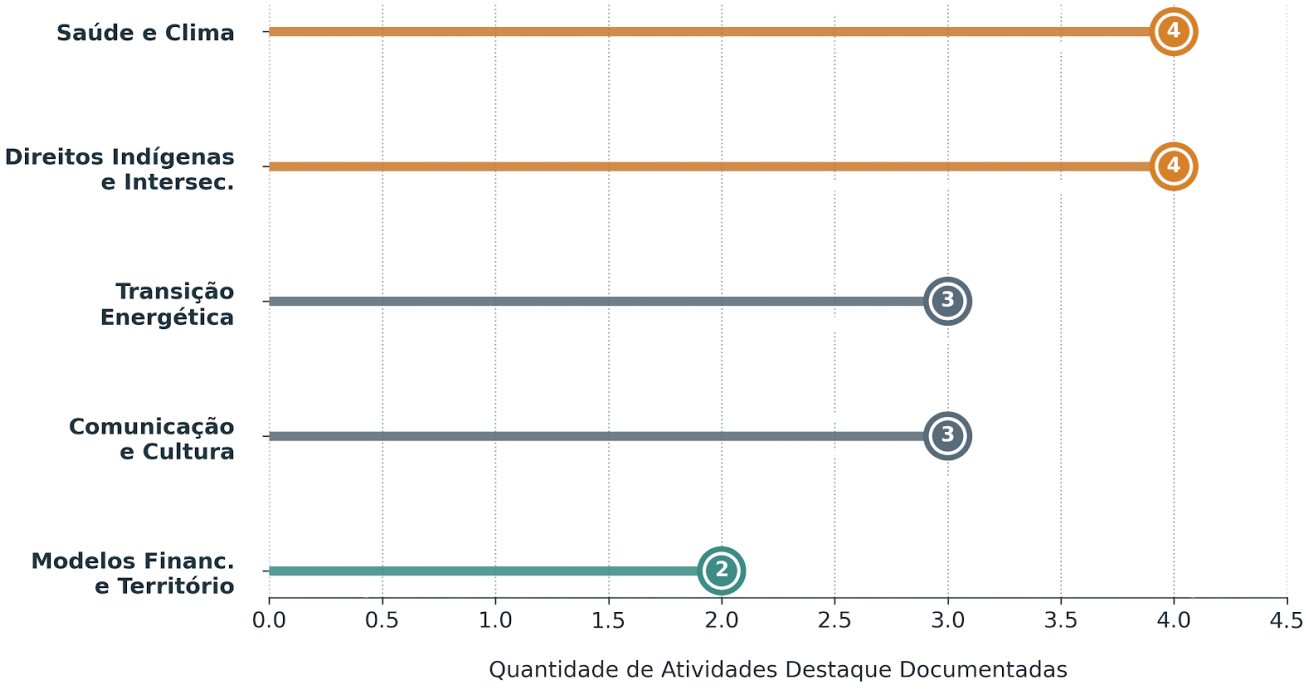

Alcance e Engajamento Digital
Usuários Únicos
1.000.000
Impressões Digitais
1.500.000
0
200.000
400.000
600.000
800.000
1.000.000
1.200.000
1.400.000
Volume de Interações



Perfil das Organizações Articuladas



Densidade Temática: Amostra de Eventos



A TRANSPOSIÇÃO DE FRONTEIRAS NA COP30: BLUE ZONE VS. GREEN ZONE

Durante a realização da COP30 em Belém do Pará, a diplomacia climática tradicional revelou suas limitações de acesso e representatividade. Neste cenário crítico, a Embaixada dos Povos estruturou-se estrategicamente para atuar na intersecção desses mundos. A agenda diversa do espaço não apenas abrigou o debate, mas atuou deliberadamente para ultrapassar as fronteiras e criar pontes reais entre as negociações restritas da Blue Zone e as mobilizações da Green Zone.

Essa capacidade de articulação demonstrou que a Embaixada não foi apenas mais uma opção na agenda paralela da COP, mas sim uma força motriz. O espaço funcionou como uma plataforma onde diferentes saberes — científicos, comunitários e tradicionais — dialogaram em pé de igualdade para apresentar soluções baseadas na vivência territorial diária.



FRENTES DE DENÚNCIA E CAMINHOS DE RECONSTRUÇÃO MATERIAL

O rigor das atividades da Embaixada manifestou-se na capacidade de não apenas denunciar as mazelas amazônicas, mas também de sistematizar caminhos práticos para a justiça socioambiental. Os debates extrapolaram a superficialidade climática para abordar com profundidade as raízes dos conflitos na região. Entre as urgências pautadas, destacaram-se:

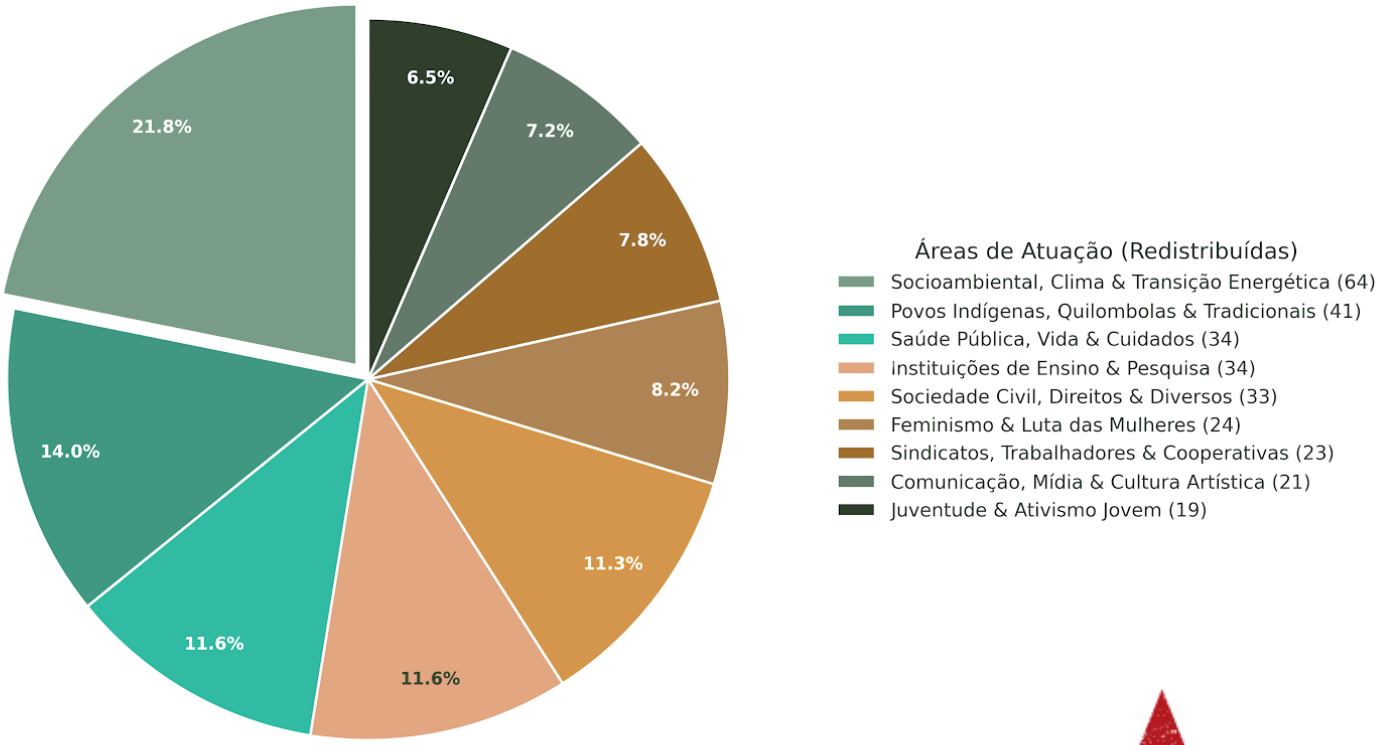
Diagnóstico das Violências Territoriais: Foram promovidas denúncias estruturadas contra o avanço do desmatamento, o impacto predatório do garimpo ilegal, a contaminação sistêmica das bacias hidrográficas (rios) e o recrudescimento dos conflitos territoriais.

Enfrentamento ao Racismo Ambiental: O espaço abrigou debates críticos sobre como as mudanças climáticas e a exploração fóssil afetam de maneira desproporcional e violenta as populações marginalizadas, consolidando o conceito de racismo ambiental no centro das discussões.

Horizonte de Proposições: O espaço articulou alternativas materiais e econômicas, defendendo ativamente a demarcação incondicional dos territórios indígenas e tradicionais. Além disso, estabeleceu-se como diretriz o fortalecimento das economias comunitárias locais e a garantia da soberania alimentar para as populações da floresta.



ORGANIZAÇÕES QUE ESTIVERAM NA EMBAIXADA DOS POVOS, POR TEMÁTICA



Socioambiental, Clima & Transição Energética: 64 organizações (21.8%)
Povos Indígenas, Quilombolas & Tradicionais: 41 organizações (14.0%)
Saúde Pública, Vida & Cuidados: 34 organizações (11.6%)
Instituições de Ensino & Pesquisa: 34 organizações (11.6%)
Sociedade Civil, Direitos & Diversos: 33 organizações (11.3%)
Feminismo & Luta das Mulheres: 24 organizações (8.2%)
Sindicatos, Trabalhadores & Cooperativas: 23 organizações (7.8%)
Comunicação, Mídia & Cultura Artística: 21 organizações (7.2%)
Juventude & Ativismo Jovem: 19 organizações (6.5%)

COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA, MEMÓRIA E A REDE DE TRABALHO AMAZÔNICO

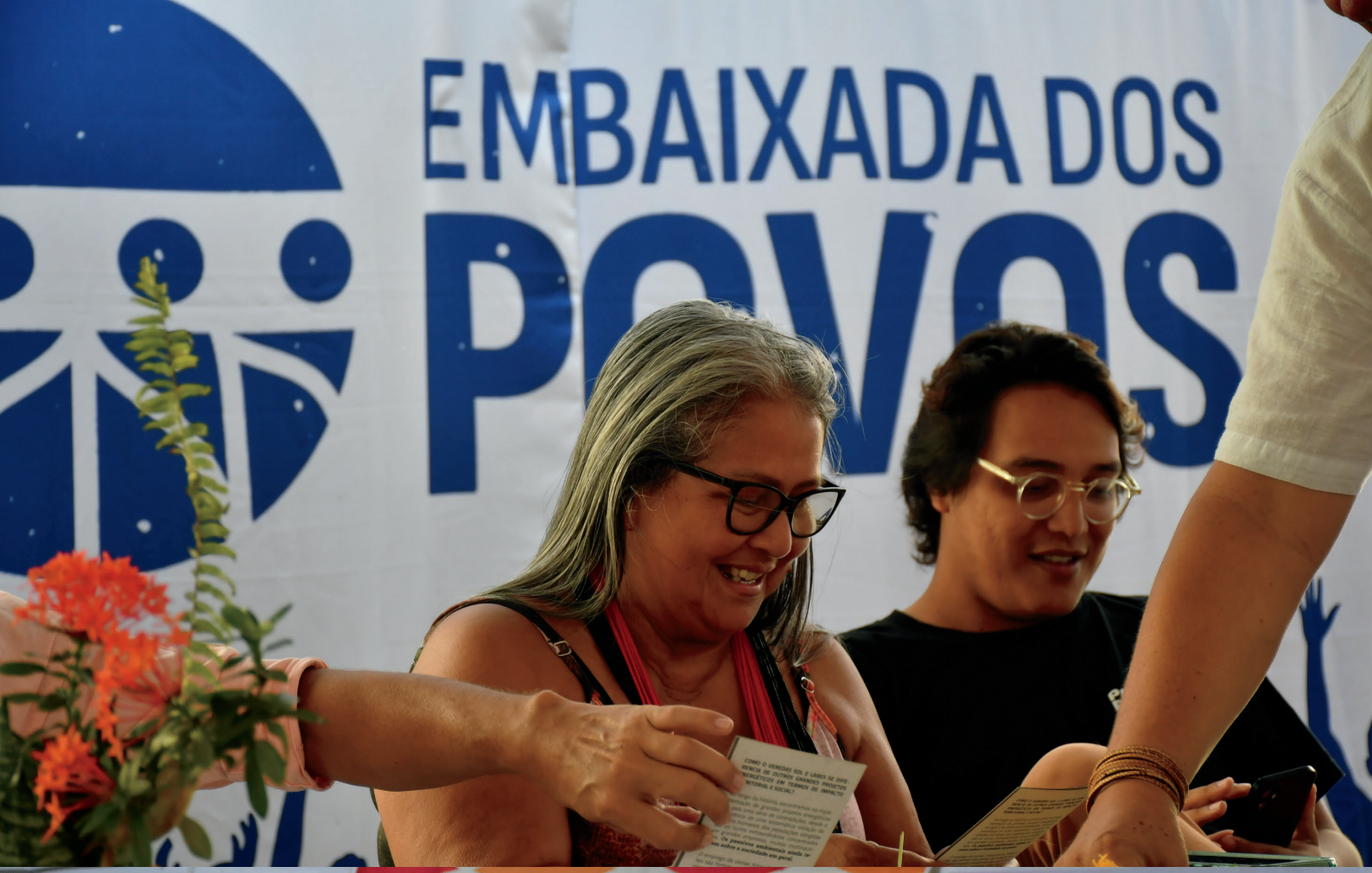
Compreendendo que a disputa climática é intrinsecamente uma disputa de narrativas e memória coletiva, a Embaixada transformou-se em um polo de produção de conhecimento e registro histórico. A agenda cultural e acadêmica incluiu o lançamento de livros, a promoção de exibições audiovisuais e o fomento de processos formativos liderados por juventudes e comunicadores. Encontros como a "Oficina de Artivismo Saúde e Clima" alinharam a expressão artística à intervenção política tática.
O suporte comunicacional do espaço dependeu fortemente de uma infraestrutura em rede.

O site institucional da Rede de Trabalho Amazônico (Rede GTA) foi oficialmente estabelecido como peça-chave na articulação de comunicação da Embaixada, centralizando a distribuição de dados e mobilizando ativistas. Esse esforço gerou ressonância na mídia hegemônica e independente, garantindo cobertura de veículos como a Band News Difusora de Manaus, além das já citadas agências internacionais e nacionais de grande porte.




"O FUTURO
É COLETIVO"


COP
30
GTA


EMBAIXADA DOS
POVOS


GTA
Rede de
Trabalho
Amazônico
RUMO À COP30

A REDE GTA NA COP 30

Quando a 30ª Conferência das Partes (COP30) desembarcou em Belém do Pará, trazendo consigo o aparato diplomático e as delegações governamentais de centenas de nações, o movimento socioambiental amazônico compreendeu que não bastava apenas participar dos eventos oficiais; era preciso demarcar um território próprio de formulação política. Historicamente, cúpulas globais tendem a pasteurizar as demandas materiais dos povos originários e das comunidades tradicionais, convertendo urgências territoriais em planilhas de mercado de carbono e promessas abstratas de sustentabilidade.

Foi diante desse risco de esvaziamento das pautas locais que a Rede de Trabalho Amazônico (GTA) assumiu o protagonismo na concepção, organização e viabilização política da Embaixada dos Povos. Mais do que uma sede física ou um endereço paralelo ao calendário da ONU, o espaço, no coração do bairro do Marco, tornou-se o bastião da resistência amazônida e o ponto focal da articulação da sociedade civil global durante o evento.



A seguir descrevemos a envergadura da atuação da Rede GTA durante a COP30, demonstrando como a organização utilizou a Embaixada dos Povos como uma ferramenta dupla: por um lado, como um abrigo tático para comunidades ameaçadas e ativistas; por outro, como uma plataforma de incidência política capaz de pautar a imprensa mundial e pressionar diretamente os corredores da Blue zone.



Para compreender a magnitude do esforço empreendido pela Rede GTA na COP30, é necessário observar o tecido sociopolítico dos anos imediatamente anteriores. O relatório institucional da Embaixada aponta, com clareza, que as comunidades tradicionais e os povos originários chegaram a Belém trazendo na pele as cicatrizes de um período de desestruturação severa.

Sob intensa pressão gerada por políticas ambientais enfraquecidas, paralisação das instâncias de fiscalização e o recrudescimento da criminalização de lideranças na Amazônia, a Rede de Trabalho Amazônico atuou durante anos na resistência direta contra atividades destrutivas. Discursos oficiais, antes promotores de exploração predatória, exigiram do GTA a manutenção de uma rede invisível de proteção que não deixou o movimento arrefecer.
Portanto, quando a COP30 chegou a Belém, a atuação do GTA não era a de uma organização tentando ganhar espaço em um evento novo, mas sim a de um movimento amadurecido que exigia reparação e centralidade.

A Embaixada dos Povos surge dessa premissa. O local foi estruturado como o "ponto de apoio da Rede de Trabalho Amazônico - GTA", desenhado para superar as desconfianças históricas da diplomacia oficial, recolocando os povos da floresta no centro do debate sobre a governança climática global.

O espaço materializou a essência da rede: um ambiente que fortalece a resistência coletiva, abrindo portas para pequenas organizações de base que, de outra forma, não teriam como suportar o elevado custo logístico de incidência política durante um evento da proporção de uma COP.



Um dos maiores legados da Rede GTA na COP30 foi garantir que o ativismo de rua estivesse inquebrantavelmente atrelado à formulação técnica e propositiva. A Embaixada não serviu apenas para protestos, mas operou como um grande laboratório sociopolítico com mais de 40 eventos formais documentados. Através de articulações promovidas pelo GTA, quatro grandes eixos dominaram as discussões e apontaram caminhos palpáveis para a justiça climática:

SAÚDE E CLIMA: O COLAPSO SISTÊMICO

Historicamente, o debate climático concentrou-se na contabilização de carbono, marginalizando o adoecimento das populações ribeirinhas e indígenas devido à poluição, seca extrema e fumaça. O GTA, utilizando a infraestrutura da Embaixada, chancelou a interseção entre ecologia e medicina coletiva. Esse esforço culminou na monumental Marcha Global Saúde e Clima, que mobilizou mais de 7 mil pessoas pelas ruas de Belém. O documento registra que esse esforço representou o lançamento prático da "Rede Brasil Saúde e Clima", solidificando a mensagem de que combater a emissão de gases é, também, impedir o colapso dos sistemas de saúde.

.




SUS
EMBAIXADA DOS POVOS
FIOCRUZ
AMAZÔNIA
NA COP30


SUS
EMBAIXADA DOS POVOS


CUIDAR DO
CUIDAR DA
VIDA
FMB
Coordenador
Regional Norte 2
2024 - 2025
GTA


SUS
REDE
Saúde e Clima
Brasil
GTA


REDE
Saúde e Clima
Brasil
SUS


EMBAIXADA DOS
POVOS

A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA MATERIAL E O FIM DA ERA FÓSSIL

Alinhando-se aos princípios históricos dos movimentos sociais da região, a Embaixada dos Povos assumiu uma postura frontal e declarada contra a expansão da fronteira petrolífera na Amazônia e em territórios sensíveis. O GTA encabeçou debates e organizou plenárias exigindo o veto a projetos de exploração de óleo e gás. Contudo, a organização não se limitou ao negacionismo fóssil; apresentou rotas para a descarbonização das comunidades. Eventos de peso demonstraram soluções em escala, como o seminário sobre frotas de caminhões 100% elétricos (campanha Gigantes Elétricos) e a fundamental discussão sobre a implantação de "canoas solares" para garantir mobilidade limpa às populações ribeirinhas nos rios amazônicos.

CONTRAPOSIÇÃO ÀS FALSAS SOLUÇÕES E A GOVERNANÇA TERRITORIAL

Para a Rede de Trabalho Amazônico, um dos papéis centrais durante a COP30 foi atuar como um "filtro crítico" das políticas globais de financiamento de proteção florestal. Ao acolher painéis que se opuseram ao modelo estrutural do Fundo para Florestas Tropicais (TFFF), o GTA forneceu a munição técnica e argumentativa para que lideranças repudiassem esquemas de financeirização da natureza que limitam o acesso direto aos recursos pelas comunidades guardiãs. Ali, o recado foi cristalino: governança territorial significa controle fundiário e autonomia econômica, não apenas auditorias internaci

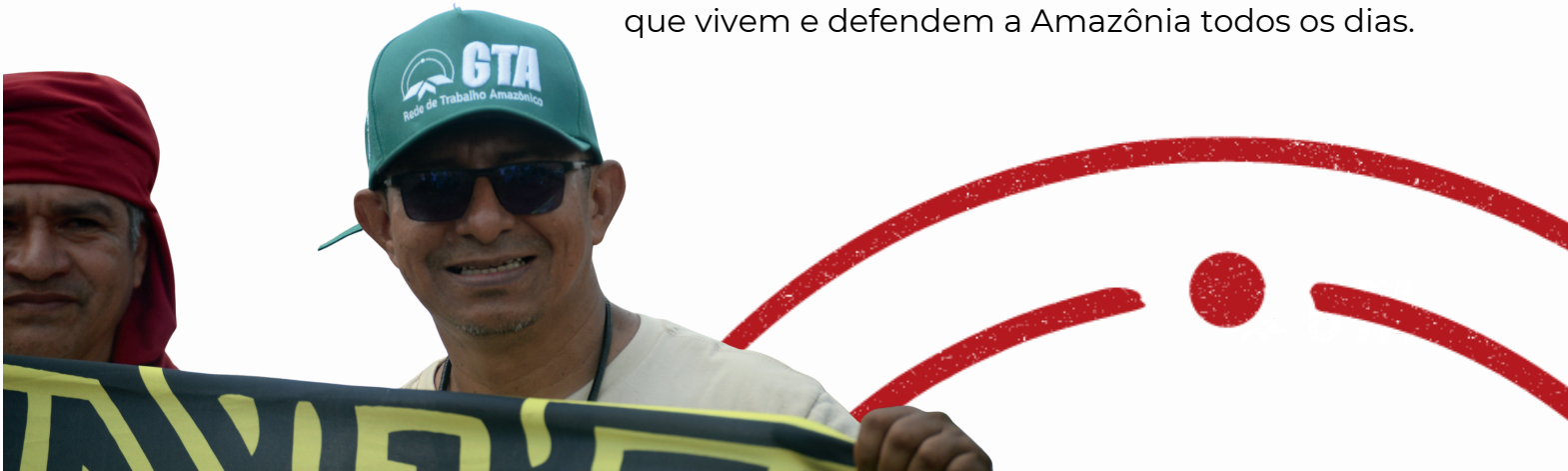


A realização da COP30 na Amazônia representou um teste de fogo para a arquitetura climática global, abrindo uma janela inédita para as vozes, os territórios e as lutas amazônicas. Pela primeira vez, o epicentro das negociações da ONU esteve fisicamente imerso no bioma mais crucial para a estabilidade ecológica do planeta. Contudo, a simples mudança de endereço diplomático não garantiria, por si só, uma alteração no eixo de poder das decisões. Foi exatamente nesse cenário de disputa que a Rede de Trabalho Amazônico (GTA) reescreveu as regras do engajamento da sociedade civil.

O grande diferencial da atuação da Rede na Conferência não esteve apenas em seu volume de mobilização, mas na sua capacidade de incidir diretamente sobre a espinha dorsal do evento. Em cúpulas climáticas anteriores, a participação de populações tradicionais e organizações locais era frequentemente periférica. Na COP30, o GTA funcionou como o ponto de apoio estrutural capaz de conectar, em tempo real, as discussões diplomáticas de alto escalão com as urgências das lideranças locais, da juventude indígena e dos movimentos ribeirinhos. O grupo operou como uma "chancelaria da floresta", garantindo que a complexidade da vida amazônica não fosse simplificada pelos ritos oficiais.

O legado da Rede GTA na COP30, portanto, transcende os dias estritos do evento. A articulação consolidou a premissa de que o movimento socioambiental amazônico amadureceu para orientar o debate internacional, e não apenas assisti-lo. Ao articular uma rede extensa de organizações que foi de iniciativas globais a coletivos de base, o GTA elevou o conhecimento comunitário ao status de formulação política indispensável.

O resultado final dessa incidência estabeleceu um precedente irreversível para as futuras Conferências das Partes. A COP30 entra para a história não pelos discursos em gabinetes fechados, mas por cravar uma nova exigência de legitimidade nas relações internacionais: tornou-se politicamente insustentável desenhar a governança climática de cima para baixo. A liderança orquestrada pelo GTA provou ao mundo que enfrentar o colapso do clima exige, inescapavelmente, a escuta, a participação e o protagonismo central daqueles que vivem e defendem a Amazônia todos os dias.




Empregos &
Direitos &
Saúde &
Inovação &
ição justa.
BRASIL SOBERANO
Science Is Deadline


O futuro das estradas é elétrico.
GIGANTES ELÉTRICOS



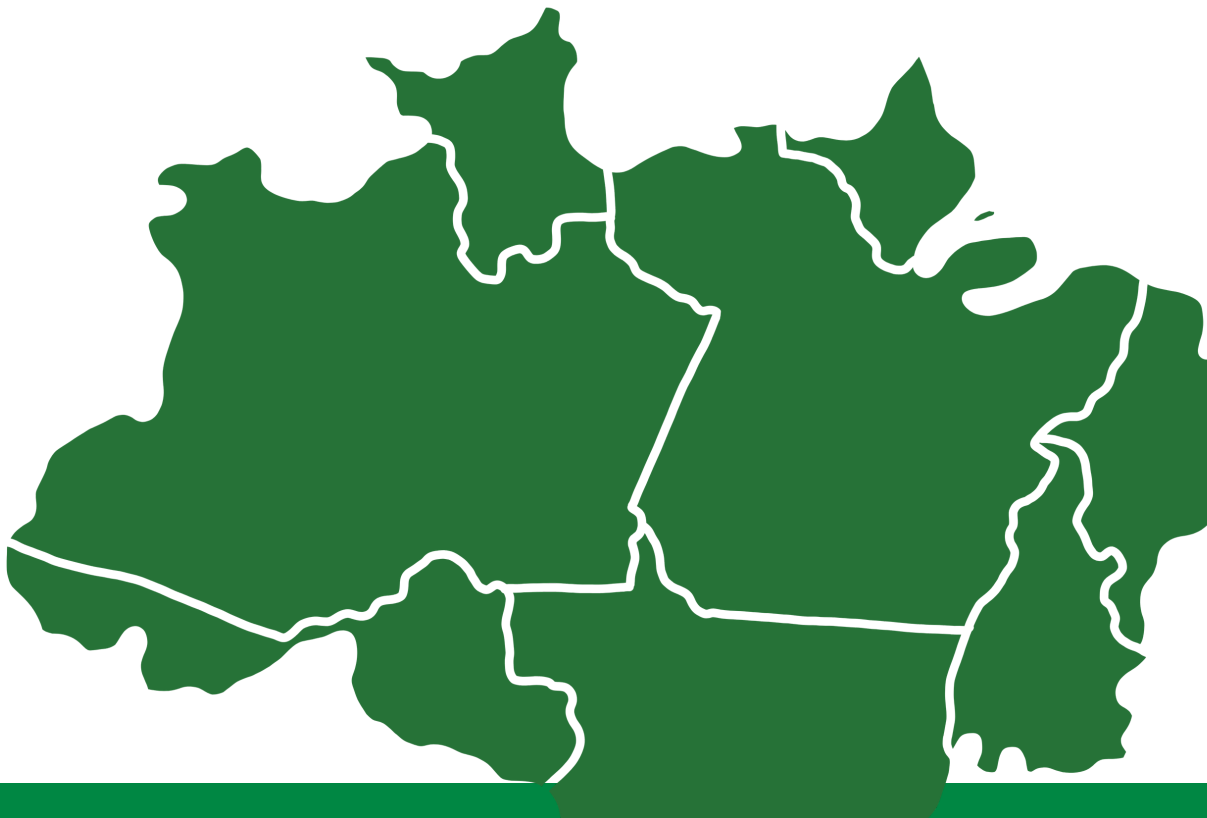

DUNLOP PNEUS
AP PNEUS
Primu's
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ACESSÓRIOS
91 98105-2909
CONTAINER DO SUPLEMENTO
DROGASIL
AMAZÔNIA LIVRE DE PETRÓLEO!
GTA

COORDENAÇÃO DA REDE GTA

COORDENAÇÃO GERAL	SILA MESQUITA APURINÃ EDJALES BENÍCIO
COORDENAÇÃO DE ARTICULAÇÃO E PARCERIAS	NEIDINHA SURUÍ ADILSON VIEIRA
COORDENAÇÃO DE MULHERES	GLADES KOKAMA
COORDENAÇÃO DE MOBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	CARLOS AUGUSTO MARIA IVETE
COORDENAÇÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	CACIQUE JONAS MURA REIS JOÃO BOSCO
COORDENAÇÃO DE JUVENTUDE	ATALIA ALMEIDA DIEGO MIRA
COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO	MAYRON RÉGIS BRITO BORGES JOÃO ATAÍDE
COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO	OBERDAN MASCARENHAS CLARA MURA

COORDENADORES REGIONAIS

AMAZONAS – ALTO SOLIMÕES	GLEISSIMAR CASTELO BRANCO
PARÁ – MARAJÓ	NELSON BASTOS
AMAZONAS – PURUS	ADELSON ARRUDA
MATO GROSSO	VALTER MOURA
RORAIMA	JOSÉ JUNHO
MÉDIO AMAZONAS	SILA APURINÃ
BAIXO AMAZONAS	MARIA IVETE
AMAPÁ	OBERDAN MASCARENHAS
ACRE	JOCY AGUIAR



GTA

PERSPECTIVAS PARA 2026

ENCONTRO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA REDE GTA (2026-2028)

O encontro, mediado pela holon Consultoria Socioambiental, reuniu lideranças históricas e regionais da Rede GTA com o objetivo central de formular de maneira colaborativa o Planejamento Estratégico para o triênio 2026-2028, além de oxigenar a governança da instituição. O evento resgatou os 35 anos de história da organização (que serão celebrados em 2027) e debateu os rumos do "GTA 2.0" diante dos complexos cenários políticos e climáticos atuais.

Principais Discussões e Análise de Conjuntura

1. Cenário Político-Eleitoral de 2026: Foram debatidas as incertezas e riscos da ascensão da extrema-direita nas instâncias legislativas (Congresso e Senado), o que gera alertas severos para as pautas de demarcação de terras, regularização fundiária e proteção contra o avanço predatório do agronegócio e da grilagem.
2. Crise Climática e Territórios: Enfatizou-se que desastres como secas extremas na Amazônia e enchentes são causados por fatores políticos que demandam incidência direta nas instâncias de decisão. Destacou-se o impacto da contaminação das águas por mercúrio, o avanço da mineração/garimpo e a expansão da soja na região do MATOPIBA.
3. Grandes Vetores de Pressão: Houve forte foco na mobilização contra a exploração de combustíveis fósseis na margem equatorial e foz do Amazonas, além de alertas contra a logística de transporte de commodities que ameaça a privatização e integridade de grandes rios como o Tocantins, Tapajós e Madeira.




npregos &
reitos &
úde &
ovação &
stentabilidade
nsição justa.


GTA
Rede de
Trabalho
Amazôn


GTA
Rede de
Trabalho
Amazônico

PERSPECTIVAS PARA 2026

Decisões de Governança e Encaminhamentos

- Reestruturação Regional: Deliberou-se a definição de novas coordenações regionais com novos coordenadores designados até junho de 2026 para os estados do Tocantins (TO), Roraima (RR) e Acre (AC).

- Protagonismo Interno: Criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) para operacionalização do planejamento tático e a descentralização de recursos e responsabilidades.

- Inclusão Transversal: Consolidação de secretarias e diretorias focadas no empoderamento e na autonomia financeira de grupos de Mulheres (Ecofeminismo) e Juventude.



METAS

LUTA CONTRA COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS E COMUNICAÇÃO

Código	Ação Estratégica	Objetivo Principal	Meta Quantitativa	Regionais Envolvidas	Prazo Final
GT1.1	Capacitar lideranças comunitárias	Preparar a base para a defesa territorial	30.000 pessoas capacitadas	AM, PA, AP, MA	Até 2028
GT1.2	Realizar campanhas informativas	Sensibilizar comunidades e poder público	100.000 pessoas sensibilizadas	AM, PA, AP, MA	Até 2028
GT1.3	Projeto de cartografia social	Mapear a situação social e econômica	1 mapa autodeclaratório por Regional	Todas as Regionais	Até 2028
GT1.4	Realizar audiências públicas livres	Incrementar a participação e governança	12 audiências públicas livres	AM, PA, MA, AP	Até 2028
GT1.5	Incidência móvel contra petroleiras	Mobilização nacional itinerante	100.000 pessoas mobilizadas	Brasil (Nacional)	Até 2028
GT1.6	Curso de responsabilidade corporativa	Capacitar para diálogo com petroleiras	Mínimo de 1 curso por Regional	Todas as Regionais	Até 2028


GTA
AMAZÔNIA LIVRE DE PETRÓLEO






AÇÃO ESTRATÉGICA
OBJETIVO
METAS
REGIONAIS (LÍDER)
PRAZO (ATÉ)
LEVAR CAPACITAÇÃO E INFORMAÇÃO ÀS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS
LIDERANÇAS PREPARADAS PARA DEFESA DA LUTA CONTRA COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS
30 MIL PESSOAS CAPACITADAS
1º SEMESTRE 2026
REALIZAR CAMPANHAS INFORMATIVAS
SENSIBILIZAR AS COMUNIDADES O PODER PÚBLICO E AS EMPRESAS
100 MIL PESSOAS SENSIBILIZADAS
AMAZONAS
PARÁ
AMAPÁ
MARANHÃO
ATÉ 2028
IMPLEMENTAR PROJETO DE CARTOGRAFIA SOCIAL
MAPEAR A SITUAÇÃO SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA DAS COMUNIDADES
01 POR ESTADO
TODAS
REALIZAR AUDIÊNCIAS PÚBLICAS LIVRES
INCREMENTAR A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E FORTALECER A GOVERNANÇA
12 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS LIVRES
ESTADOS: AM/PA/AP/MA
FAZER INCIDÊNCIAS COM PETROLEIRAS, PODER PÚBLICO, MOVIMENTO
MOBILIZAÇÃO ITINERANTE
100 MIL PESSOAS MOBILIZADAS
BRASIL
OFERECER CAPACITAÇÃO EM RESPONSABILIDADE CORPORATIVA PARA O PESSOAL GTA
CAPACITAR DIRIGENTES E INVESTIR NAS AÇÕES DAS INSTÂNCIAS PETROLEIRAS
CURSO DE CAPACITAÇÃO EM NÍVEL MÉDIO E POR REGIONAL
REGIONAIS GTA


GTA
COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA
OBJETIVO
METAS


AÇÃO ESTRATÉGICA
OBJETIVO
METAS
REGIONAIS (LÍDER)
PRAZO (ATÉ)
AMAZONAS
PARÁ
AMAPÁ
MARANHÃO
ATÉ 2028
TODAS
ESTADOS: AM/PA/AP/MA
BRASIL
REGIONAIS GTA

METAS

SAÚDE, CLIMA E INFRAESTRUTURA COMUNITÁRIA

Ação Estratégica	Meta / Indicador de Sucesso	Escopo Regional	Prazo de Execução
Inserção curricular acadêmica	Disponibilizar cursos para IES (Foco Amazônia)	Coordenação Nacional / Parceiros	1 ano (2027)
Cursos para agentes de saúde	Disponibilizar curso multiplicador p/ todas as regiões	Todas as Regionais	1 ano (2027)
Campanhas de comunicação	Atingir a sociedade brasileira (redes/mídias)	Todas as Regionais	2 anos (2028)
Presença em Fóruns Coletivos	Participação no 3º SIBSA, CONASEMS e COPs	Todas as Regionais	2 anos (2028)
Projetos de Saúde Territorial	Construção de 18 projetos de saúde nos territórios	Todas as Regionais	2 anos (2028)
UBS da Floresta & Conectividade	Demandar tele-saúde, energia renovável e filtros	Áreas rurais isoladas	2 anos (2028)
Agente Eletricista do Sol	Viabilizar serviços locais de energia renovável	Comunidades isoladas	2 anos (2028)




MULHERES DA


AMAZÔNIA
LIVRE DE
PETRÓLEO
GTA


GTA


AMAZÔNI
LIVRE DE
PETRÓLE
MULHERES
FLORE
Extrativismo Feminis


GTA

METAS

TERRITÓRIO, PROTEÇÃO E DIREITOS TERRITORIAIS

Ação Estratégica	Meta / Indicador de Sucesso	Cobertura	Prazo
Pesquisa de impacto de grandes projetos	Desenvolver 1 pesquisa profunda por Regional	Todas as Regionais	Até 2028
Protocolos de segurança a defensores	Construção de protocolo e acionamento de forças	Todas as Regionais	Até 2028
Protocolos Comunitários de Consulta (CLPI)	Garantir que 20% das comunidades tenham CLPI	Todas as Regionais	Até 2028
Encontros dos povos da floresta	1 festival anual da cultura nacional dos povos	Todas as Regionais	Até 2028
Regularização Fundiária	Incidir e cobrar órgãos (Incra, Funai, Palmares)	Todas as Regionais	Até 2028

O Encontro de Planejamento Estratégico de 2026 consolida o início de um novo capítulo para a Rede de Trabalho Amazônico, reafirmando sua identidade histórica como um elo vital entre a ancestralidade dos povos da floresta e a vanguarda da justiça climática global. Ao estruturar suas metas de forma participativa, a Rede não apenas se antecipa aos complexos desafios políticos e econômicos que desenham o triênio, mas também se reposiciona como uma força tática indispensável na defesa da Amazônia Legal.

A clareza das metas projetadas — que vão desde a mobilização em massa contra os combustíveis fósseis até o fortalecimento da saúde territorializada e o letramento digital de suas bases — reflete a maturidade institucional do chamado "GTA 2.0". Ao cruzar a experiência de suas lideranças fundadoras com o vigor e a proatividade das secretarias de Mulheres e Juventude, a instituição assegura um processo de renovação contínuo, enraizado e autônomo.

Rumo à celebração de seus 35 anos em 2027 e sob o olhar atento da comunidade internacional para a região, a Rede GTA se despede deste encontro com um rumo político unificado, ferramentas de gestão descentralizadas e o compromisso renovado de transformar o acúmulo de suas lutas em conquistas concretas para quem protege a floresta a partir da ponta.



CONCLUSÃO

EEste relatório reafirma o papel fundamental da Rede GTA no fortalecimento dos territórios amazônicos e na defesa dos direitos de seus povos. Ao longo destas páginas, evidenciamos como a organização comunitária, os direitos territoriais, a justiça climática, a formação de juventudes, o protagonismo das mulheres e a ação coletiva constituem os pilares de nossa atuação e de nossa identidade.

A Rede GTA segue comprometida em valorizar as vozes que emergem da floresta, articulando saberes ancestrais com estratégias contemporâneas de incidência política e proteção socioambiental. Cada conquista apresentada neste documento é fruto do trabalho conjunto de comunidades, lideranças, parceiros e apoiadores que acreditam na potência transformadora da mobilização em rede.

Expressamos nossa profunda gratidão ao Fundo Casa Socioambiental, à 350.org, à Fundación Avina e ao The Sunrise Project. O suporte estratégico, a confiança e a parceria indispensável dessas organizações foram o verdadeiro motor para a concretização de nossas ações e para a ampliação do nosso impacto na região. Agradecemos igualmente a todas as organizações, movimentos e aliados que caminham conosco na construção de uma Amazônia viva, justa e soberana.

A continuidade e o fortalecimento dessas alianças são essenciais para enfrentarmos os desafios que se apresentam. Somente por meio da solidariedade, da escuta ativa e do compromisso compartilhado poderemos assegurar a proteção dos territórios e a dignidade de quem os habita.

Seguimos adiante com esperança e determinação, certos de que a força coletiva da Rede GTA continuará a transformar desafios em conquistas e a semear, para as gerações presentes e futuras, um legado de justiça, resiliência e vida.

CONTATO

direção@redegta.org
secretaria@redegta.org

55 92 99159 6156

@redegta
@embaixadadospovosoficial

Redegta Amazonia

@redegtamazonia

@redegtaamazônia

redegta.org

GTA
Rede de Trabalho Amazônico

APOIO

fundo casa SOCIOAMBIENTAL
350.org
Fundación Avina
THE SUNRISE PROJECT